negocios

negocios.pt

Quarta-feira, 18 de setembro de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5327 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

ISABEL STILWELL
Os (milhões de) seguidores de Lucília Gago
OPINIÃO 30

F. MOTA FERREIRA
Já estamos cansados de ouvir promessas
OPINIÃO 28

Crise na Northvolt ensombra refinaria de lítio em Setúbal

Governo sueco recusou um resgate financeiro ao gigante de baterias elétricas que é o parceiro da petrolífera. Empresa portuguesa garante que o projeto continua a andar, mas ainda sem decisão final para se investir.
EMPRESAS 14

Gasolineira espanhola "low cost" estreia-se no mercado nacional

EMPRESAS 16 e 17

EUA avançam para primeiro corte de juros desde 2020

A dúvida reside na dimensão. Analistas dividem-se sobre se a Fed vai baixar taxas em 25 ou 50 pontos.
MERCADOS 24 e 25

SUSTENTABILIDADE 20|30

RAÚL ANDRÉ DIRETOR-GERAL SMURFIT WESTROCK PORTUGAL

O Governo "devia dificultar, fiscalizar mais e ser mais proativo" nas baixas por doença

SUSTENTABILIDADE 20 a 23

Líder da gestora no nosso país afirma que o grupo é responsável por 8 a 11 mil milhões de euros em ativos.
PRIMEIRA LINHA 6 a 9

João Cortesão

Incêndios

Montenegro declara situação de calamidade

HOME PAGE 4 e EDITORIAL

Capital

Polónia bate Portugal na atração de investimento

ECONOMIA 12

18 de setembro 14h30

Ferroviário, Lisboa

Rua de Santa Apolónia, 59,
1100-468 Lisboa

PATRÍCIA WEISS
Chairwoman, Founder da BCMA Portugal & South America. Criadora e Curadora dos BC Talks, Awards e Podcast

Painel 1
"Marcas e Parcerias no Branded Content e Brand Experience"

CARLA SILVEIRA
Marketing Communications Manager, PEUGEOT

JANIN MOREIRA
Brands PR & Media Relations, SUPER BOCK Group

TERESA ABECASIS BURNAY
Business Unit & Media Director, UNILEVER

Painel 2
"Quando as Marcas encontram o Entretenimento e o Storytelling"

ANA ROMA TORRES
Managing & Creative Partner, HAVAS PLAY | HAVAS Group

FRANCISCO FARIA
Branded Content Manager, BETCLIC Group

JOÃO BELMAR
Partner & Executive Producer, TRIX Produção Audiovisual

JORGE AGUIAR
Diretor Ibérico de Re-Marketing, Mercedes-Benz

HOME PAGE

Tiago Petinga/Lusa

Montenegro declara situação de calamidade

O Presidente da República manifestou "solidariedade estratégica" com o Governo nas deliberações ontem tomadas.

Apesar de a situação no terreno ter registado melhorias ontem, face à véspera, o dia fica marcado pela morte de três bombeiros de Tábua, que se dirigiam para uma frente de incêndio. São já mais de 62 mil os hectares ardidos desde domingo.

PEDRO CURVELO
pedrocurvelo@negocios.pt

O Governo decretou esta terça-feira a situação de calamidade em todos os municípios afetados pelos intensos incêndios rurais que assolam sobretudo o Centro e Norte do país. A medida foi anunciada pelo primeiro-ministro no final de um Conselho de Ministros extraordinário que contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

O chefe de Estado foi o primeiro a dirigir-se ao país, sublinhando que "não podemos cair no facilitismo", apesar de reconhecer uma evolução favorável.

Marcelo Rebelo de Sousa frisou que concordava com as deliberações do Governo e defendeu que "não se trata apenas de solidariedade institucional, mas sim de uma solidariedade estratégica" com o Executivo.

Luís Montenegro reforçou a mensagem de que ainda existem riscos, afirmando que "as horas difíceis ainda não acabaram".

O líder do Governo revelou que foi deliberado elevar "para situação de calamidade todos os municípios afetados por estes incêndios".

A situação de calamidade, acrescentou, "vai permitir que a equipa multidisciplinar, coordenada pelo ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, possa desde já oferecer o apoio mais imediato e urgente".

Montenegro indicou ainda que estão já a ser avaliados os estragos, por forma a serem encontradas respostas "o mais rápido possível". Essas respostas passam, por exemplo, por dar abrigo a quem perdeu a habitação e apoios a quem perdeu os meios de subsistência. O Governo pretende ainda apoiar as empresas que foram afetadas para que possam retomar a laboração e manter os empregos.

O chefe de Governo indicou ainda que irá acionar o Fundo de Solidariedade Europeu se os requisitos se vierem a verificar.

No final, Montenegro deixou duras palavras para os responsáveis pelos incêndios. "Há coincidências a mais. O Estado vai atrás dos responsáveis por estas atrocidades". O primeiro-ministro aludiu a "interesses que sobrevoam estas ocorrências", indicando que não se trataram de atos de pirómanos.

Melhoria operacional ensombrada por mortes

Ontem a situação operacional melhorou face a segunda-feira, que foi, aliás, o dia com mais incêndios este ano: 277. Das quase três centenas de fogos rurais, 40 tornaram-se grandes incêndios, segundo a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

A área ardida desde domingo ascende já a mais de 62 mil hectares, valor que compara com os 34,5 mil hectares que arderam em todo o ano passado, no qual não se registaram vítimas mortais devido a incêndios rurais.

Apesar de ontem ter sido um dia menos dramático no combate aos incêndios, voltaram a registar-se vítimas mortais. Três bombeiros de Tábua morreram quando se encontravam em trânsito para combater as chamas.

A jogar a favor do combate às chamas estão as previsões meteorológicas, que antecipam uma descida das temperaturas e um abrandamento do vento, o que poderá facilitar a tarefa dos operacionais no terreno. ■

DIA

AÇÃO

KKR aumenta oferta para comprar a Greenvolt a pedido da CMVM

A energética liderada por João Manso Neto está a ser alvo de uma oferta pública de aquisição.

A norte-americana GVK Omega (detida pelo fundo KKR) aumentou a oferta para comprar a Greenvolt de 8,30 euros por ação para 8,3107 euros por ação, a pedido da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. A empresa de energias renováveis informou na madrugada passada o mercado de que recebeu a comunicação da GVK sobre a contrapartida e, na sessão de ontem, as ações ajustaram-se até aos 8,32 euros.

0,12%

Variação este ano: **1,77%**
Valor em bolsa:
1.359 milhões de euros

FRASE

O modelo de negociação coletiva típico e específico desta empresa [Autoeuropa], que se afasta do modelo geral, é um caso de grande sucesso.

MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO
Ministra do Trabalho

FOTO

Explosão de centenas de "pagers" no Líbano faz oito mortos

No mínimo inédito: cerca de três mil pessoas, incluindo centenas de membros do Hezbollah, ficaram ontem feridas no Líbano após a explosão de centenas de "pagers" que os combatentes usam para comunicar. As explosões, que tiveram lugar quase em simultâneo, ocorreram num bairro dos subúrbios de Beirute. Terá sido um ataque lançado por Israel.

Fotografia: Wael Hamzeh / EPA

NÚMERO

O banco polaco do BCP está a realizar encontros com investidores com vista à colocação de 500 milhões em dívida verde com maturidade a cinco anos.

EDITORIAL

CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

O bombeiro Montenegro

Começa a ser um estranho padrão neste Governo, diante de acontecimentos adverso os ministros escondem. A situação foi flagrante com a ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, que esteve três dias para reagir à fuga de cinco reclusos de Vale de Judeus (e depois deu uma conferência de imprensa onde só respondeu a cinco perguntas), e repete-se agora com a ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, que tem mantido um silêncio sepulcral diante dos incêndios que estão a devastar o país e já causaram pelo menos sete mortos.

As duas ministras parecem ter adotado a estratégia mais elementar de todas, aquela que se baseia no princípio de que não falando não há risco de errar. É certo que o primeiro-ministro, Luís Montenegro, tapou este buraco negro mediático, mas a circunstância não constitui razão suficiente para o apagão da ministra da Administração Interna.

Margarida Blasco, que tem a seu cargo o dossiê da proteção civil, há muito que devia ter dado, publicamente, palavras de incentivo os bombeiros e de alento e compreensão para as milhares de pessoas que têm sido prejudicadas pelos fogos.

No filme dos incêndios, Margarida Blasco tem sido uma mera figurante.

Situações excecionais exigem comportamentos igualmente diferenciados e, neste caso em particular, agregadores. Ao invés, e inexplicavelmente, a ministra da Administração Interna tem-se escondido. Até pode estar a fazer o seu trabalho e tomar diligências acertadas, mas se é esse o caso tem o dever de as comunicar aos portugueses. Se está no centro das operações seria forçoso que fizesse o reporte das decisões tomadas.

Na ausência da ministra da Administração Interna, Luís Montenegro surge como o bombeiro de serviço, dando a ideia de que o seu Governo é como uma daquelas equipas de futebol onde joga Cristiano Ronaldo, é ele e mais dez. Quanto a Margarida Blasco, na segunda-feira surgiu ao lado de Montenegro, no papel de uma mera figurante à qual não foi atribuída qualquer fala.

O comportamento da ministra da Administração Interna, até agora, é o de quem desconhece as obrigações que decorrem de quem faz política, entre elas as que dizem respeito ao bem público, à vida em comum.

ANDRÉ THEMUDO RESPONSÁVEL DA BLACKROCK EM PORTUGAL

BlackRock quer "desbloquear" depósitos das famílias

Há 30 anos a cobrir o mercado português, a BlackRock chegou a considerar abandonar o país durante a crise. Em vez disso, resolveu investir e trabalha com as principais instituições financeiras. Os pequenos investidores são agora o foco.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt
JOÃO CORTESÃO
Fotografia

A crise financeira quase ditou a saída da BlackRock de Portugal, mas a estratégia acabou por ser a contrária. De ter apenas um grande cliente no país, a maior gestora de ativos de mundo passou a gerir uma carteira por via das instituições financeiras com que trabalha. Agora, o objetivo é alargar a base de clientes individuais e "desbloquear" o dinheiro parado nos depósitos dos bancos, como diz André Themudo, responsável da BlackRock em Portugal, em entrevista ao Negócios.

Como é vista a evolução do negócio em Portugal?

Celebramos 30 anos este ano. Não numa presença física, porque não temos escritório em Portugal, nem nunca tivemos, mas a cobrir clientes portugueses e investidores portugueses desde o ano de 1994, a altura em que estabelecemos também o escritório em Espanha – que começámos a cobrir de forma remota. O negócio evoluiu bastante, passámos por várias crises desde 94, houve muitos altos e baixos, o apetite dos investidores e o tipo de investidores mudou bastante. Há vários períodos para caracterizar o negócio em Portugal. Até 2008 foi um negócio mais insípido, com poucos clientes, pouca inovação de produto e um bocado mais peças de puzzle que encaixavam, tendo em conta as compras que a BlackRock ia fazendo. Em 2008 há uma crise financeira global e a BlackRock em Espanha começa a repensar a sua existência ou não, onde se pondera de facto até fechar o escritório de Ibéria, de Espanha. Mas, na altura, a liderança da BlackRock decide apostar em Portugal e Espanha. Foi um escritório que quase acabou em 2008 e depois começa a renascer. E a partir de 2011 há uma aposta em Portugal.

É uma estratégia mais clara de investimento?

É uma estratégia mais clara de investimento. O potencial do país também se começa a abrir para outras vias, principalmente o fator de diversificação. Tendo em conta que há um negócio mais estável em Espanha, Portugal consegue complementar bastante o sentimento em Espanha. Então em 2011 contratam-se várias pessoas, também para a BlackRock em Espanha – eu incluído, porque estou em Madrid. Sou contratado em 2011 com o mandato de realmente tentar desenvolver um pouco mais as relações com investidores portugueses.

Como é que tem estado a correr esse desenvolvimento da relação?

Tem estado a correr extremamente bem. Aliás, comparando taxas de crescimento, nós temos dobrado o negócio em Portugal – o património sob gestão de clientes portugueses. A cada dois anos e meio a três anos, dobramos esse número. Começámos sensivelmente com 300 a 400 milhões e um cliente muito grande – praticamente estava tudo concentrado nesse cliente, num só produto. Houve várias fases. Até 2011 foi uma fase, de 2011 a 2015 foi outra fase completamente diferente. Portugal sofreu um "bail-out", pelo menos três ou quatro bancos foram à falência naquele período conturbado. Muitos grupos financeiros portugueses foram obrigados a vender os seus negócios que eram considerados menos estratégicos, ou seja, seguradoras, fundos de pensões e gestoras de fundos também. E entraram "players" internacionais, desde "private equities" americanos a investidores chineses, mas principalmente grandes investidores espanhóis que consolidaram a sua posição.

> **"A partir de 2011 há uma aposta em Portugal."**

> **"A estratégia de futuro passa por chegar a mais pessoas, porque o mercado das instituições já está trilhado."**

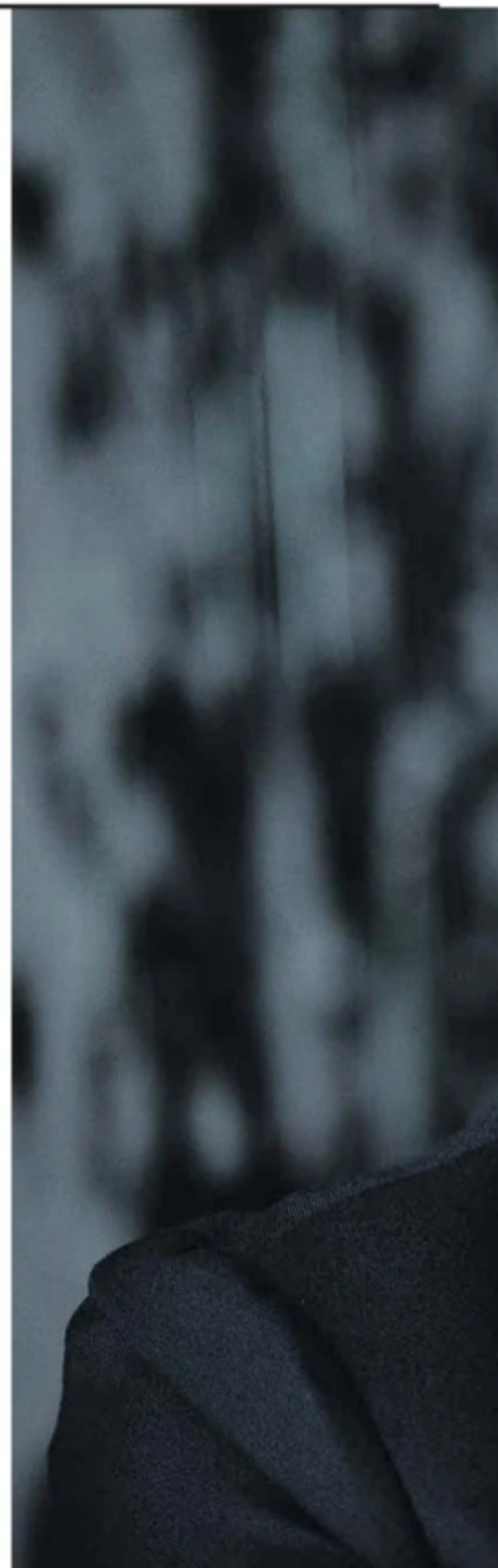
Há uma estratégia de crescimento diferente do que têm feito desde a crise?

Desde que cheguei à BlackRock em 2011, a estratégia tem sido posicionar os nossos produtos nos clientes tipicamente financeiros, entre outros. Continua a ser a nossa estratégia. A estratégia de futuro passa por chegar a mais pessoas, porque o mercado das instituições já está trilhado. Agora é mais uma questão de chegar ao cliente mais de retalho, tentar abrir mais essa porta, tentar desbloquear os tais 183,2 mil milhões de euros que estão parados e que estão a ser depreciados por uma taxa de inflação que é mais alta. Vai ser crítico daqui a 10, 20, 30 anos, com o sistema de segurança social que temos e a população envelhecida.

Como se conquista clientes de retalho sem estar no país?

Trata-se de uma estratégia de chegar a mais pessoas, e para chegar a mais pessoas temos de estar cá mais, é verdade, e temos também que nos posicionar, não só como gestora de investimento em Portugal, ou a cobrir Portugal, mas a trabalhar o nosso posicionamento de marca no sentido mais lato. Não só a BlackRock como gestora de investimentos, mas a BlackRock presente na comunidade de investidores portugueses. Fazendo mais eventos, criando "networks" – e dou exemplos. Temos redes internas da BlackRock de vários âmbitos, sendo uma delas a Women's Initiative & Allies (WIN). Cada vez vamos ter mais parcerias com as universidades para mostrar quem é BlackRock e o que é que nós fazemos.

Querem estar mais presentes na sociedade?

Estamos mais presentes na sociedade dessa maneira e por via dos investimentos que fazemos, não só nas empresas do PSI e na dívida pública, mas também investimentos mais privados ou em renováveis. Temos quatro parques solares em Portugal, são 70 megawatts, e também gostamos de estar, por exemplo, de uma maneira mais transversal, que não seja só colocar produto. Penso que a perceção da BlackRock hoje é completamente diferente do que era há 13 anos. ■

PERFIL

Liderar o negócio em Portugal a partir de Madrid

Com quase 20 anos de experiência profissional nas áreas da gestão de ativos, "corporate finance" e setor bancário, André Themudo é responsável pelo desenvolvimento de negócio da BlackRock em Portugal e do negócio de "wealth" para toda a Península Ibérica. Juntou-se à maior gestora de ativos do mundo – que está a celebrar 30 anos de atividade no país – em 2011 com o objetivo de fazer crescer a atividade em Portugal. Desde então, outros portugueses se juntaram à equipa, sendo já cinco pessoas de nacionalidade portuguesa na equipa de 50 a partir de Madrid. Antes de ingressar na BlackRock, André Themudo passou pelo departamento de estratégia do Banco Espírito Santo, pela área de "corporate finance" da Logoplaste e pelas vendas da Fidelity Investments, em Madrid. Começou como analista no Banif. É licenciado em Economia pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, com Mestrado em Finanças pela ISCTE Business School, em Lisboa.

Maior gestora de ativos do mundo responsável por 8 a 11 mil milhões de clientes em Portugal

A BlackRock gere atualmente em Portugal entre 8 e 11 mil milhões de euros, explica André Themudo, responsável da gestora no país. Em entrevista ao Negócios, indica que são 50 clientes, que se dividem por fundos, ETF e pela plataforma Aladdin.

Quantos clientes têm neste momento?

Trabalhamos com praticamente todos os grupos financeiros que existem em Portugal. Algumas fundações também, alguns "family offices" e há alguns novos "players" que estão a surgir no mercado, como bancas mais digitais, "neobrokers" e por aí fora. Clientes que não existiam antes e que hoje em dia estão a expandir-se e estão a chegar a Portugal de uma maneira mais agressiva. Diria que talvez tenhamos ao todo 50 instituições ou clientes próprios, institucionais obviamente, que aí temos contactos. Há clientes que podem ter 30 ou 20 linhas de envolvimento connosco.

E ativos sob gestão?

Em termos de ativos sob gestão, diria que em Espanha gerimos cerca de 45 mil milhões de euros de ativos de clientes espanhóis. Em Portugal, a proporção está bem adaptada à dimensão portuguesa, se considerarmos quatro a cinco vezes menos o que é Portugal em termos de população. Oscila, obviamente, de mês a mês em relação aos ativos, e depende da bolsa e dos mercados, mas diria que entre 8 e 11 mil milhões.

Como é que Portugal contribui para os resultados do grupo?

Temos de pôr em contexto os resultados do grupo e a dimensão da BlackRock a nível mundial. A BlackRock atualmente gere cerca de 10,5 biliões de dólares em nome dos clientes, dos quais 1,9 biliões representam a Europa e 60 mil milhões representam a Ibéria. Os Estados Unidos e tudo o que é Américas contam muito para a BlackRock. E dentro da Europa, tudo o que é Reino Unido, Alemanha, países mais do Norte da Europa, contam também bastante. Diria que nós somos uma migalha ou pequenos, tendo em conta o que é a dimensão da BlackRock no seu todo. No entanto, acho que somos uma mini-BlackRock, porque conseguimos dar – aos clientes portugueses – serviço a praticamente todas as capacidades que nós temos aqui, seja em fundos, seja em ETF. Em termos dos fundos, podem ser produtos monetários, de ações, de obrigações, alternativos. Também tecnologia, com a nossa plataforma Aladdin.

E nestes 60 mil milhões, a proporção também é a mesma entre Portugal e Espanha?

Sim, é mais ou menos 45-50 Espanha, o resto mais ou menos Portugal. Obviamente que vai oscilando. Andorra é residual, porque realmente há poucos clientes em Andorra, mas é um mercado que também cobrimos e vamos lá de vez em quando. ■

> **"Trabalhamos com praticamente todos os grupos financeiros que existem em Portugal. Algumas fundações também, alguns 'family offices' e há alguns novos 'players' que estão a surgir no mercado."**

ANDRÉ THEMUDO RESPONSÁVEL DA BLACKROCK EM PORTUGAL

"Há muito mais concorrência em Portugal"

As grandes gestoras estão a olhar cada vez mais para o país, que ganha peso no negócio ibérico, segundo o líder da BlackRock. Mas o dinamismo da gestão de ativos não é negativo, dado que promove o investimento.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt
JOÃO CORTESÃO
Fotografia

Os voos entre Espanha e Portugal são frequentes para André Themudo, que há uma década que lidera, a partir de Madrid, o negócio português da BlackRock. E é nestas viagens que nota a crescente atratividade do país: é raro não encontrar um concorrente. Em entrevista ao Negócios, o gestor diz considerar que as grandes financeiras perceberam que a atividade portuguesa é complementar à espanhola. E isso não é necessariamente negativo.

Tem havido uma entrada em Portugal de várias gestoras e bancos internacionais. Têm sentido esse impacto?

Até antes do covid, muitas gestoras internacionais como nós, todas presentes em Espanha, começaram a vir cada vez mais a Portugal. Lembro-me perfeitamente que há 12 anos, quando vinha a Portugal, era o único, exceto três ou quatro que sempre tiveram e têm representação portuguesa. Hoje em dia é rara a vez que venho de avião e não encontro um concorrente meu no avião, a ver os mesmos clientes e a tentar fazer o mesmo trabalho. Há muito mais concorrência em Portugal.

Porquê?

Penso que todas as outras gestoras perceberam que Portugal é um negócio altamente complementar a Espanha. E Espanha sofreu anos negativos para muitas das gestoras, o que fez com que se virassem um bocado mais para Portugal. A resiliência do mercado português, embora mais pequeno, dá um bom balanço de resultados ao que é a Ibéria. Não conheço uma gestora grande que não venha com regularidade a Portugal, o que não é necessariamente mau.

Como assim?

A nossa missão, enquanto gestoras de ativos, é promover a literacia financeira, falar sobre o que achamos que são as tendências de futuro, potenciar os problemas e antever necessidades. Quanto mais falarem do mesmo, melhor. E quanto maior "awareness" houver sobre literacia financeira e a importância de investir, acho que só vai abrir [o mercado]. O bolo é dividido por mais, mas o que nós queremos é que se expanda o universo investidor. Não vejo a concorrência como má. Obviamente queremos ter uma posição de destaque e de líderes de mercado – que temos –, mas penso que é bom para todos.

> **"Todas as outras gestoras perceberam que Portugal é um negócio altamente complementar a Espanha."**

> **"Não conheço uma gestora grande que não venha com regularidade a Portugal."**

Há negócio para todos?

Acho que há negócio para todos. Como em Espanha há negócio para todos, ainda há mais. Mas sem dúvida que Portugal é um grande contribuidor para os resultados, não só da BlackRock mas de todos os nossos concorrentes que têm operações em Portugal.

A equipa que cobre Lisboa está em Madrid. O plano é manter-se assim?

A equipa que cobre Portugal – e não Lisboa. Digo isto porque há clientes muito importantes no Porto e noutras partes do território. Em 2022 reforçámos a equipa de vendas com outro português que cobre também o mercado. Para já não há planos estratégicos de abrir um escritório em Portugal. Tanto eu como outra pessoa que também está na equipa vimos com muita recorrência a Lisboa, ao Porto e a outras cidades. Conseguimos fazer o trabalho com muitas viagens, é verdade, todas as semanas nós estamos cá, ou um, ou outro, ou os dois, e de momento tem estado a correr dessa maneira. De futuro, veremos, depende também da evolução do negócio. Se evoluir da mesma maneira que nos últimos 10 ou 12 anos, penso que pode ser uma realidade.

Como é que comparam as preferências de produtos e serviços dos clientes?

As diferenças são explicadas por vários fatores, um deles o regime fiscal em vigor em Espanha e em Portugal, que dita preferência de um veículo ao outro. Em Espanha, é mais atrativo fiscalmente comprar fundos de investimento do que ETF. Um fundo de investimento – e praticamente são todos [abrangidos pelo regime fiscal] – pode ser vendido e mudada a alocação de ativos ou a casa gestora sem ter que se pagar mais-valias. Essa condição faz com que veículos como fundos de investimento tenham muito mais aceitação para o público de retalho do que em Portugal, onde está equiparado o ETF ao fundo. A primeira conclusão é que há muito maior penetração de ETF em Portugal do que em Espanha, o que me leva à segunda – que é a sofisticação dos clientes portugueses. Em média, o cliente português é mais sofisticado do que o cliente espanhol. Nós demoramos mais tempo a tomar uma decisão de investimento, os espanhóis são mais rápidos e tiram as conclusões depois. ■

> **"Em Espanha, é mais atrativo fiscalmente comprar fundos de investimento do que ETF. (...) Essa condição faz com que veículos como fundos de investimento tenham muito mais aceitação para o público de retalho do que em Portugal."**

"A principal preocupação dos clientes portugueses são conflitos geopolíticos"

Inflação, taxa de juro e riscos geopolíticos são as preocupações dos clientes da BlackRock em Portugal, segundo André Themudo. Em entrevista ao Negócios, o responsável no país do negócio da gestora – que investe tanto em ações como em dívida portuguesas – indica que está a ser um ano positivo para os mercados.

Num grupo com a dimensão da BlackRock, os ativos portugueses são suficientemente relevantes?

São. Depende do que significa relevante. Tendo em conta os 10,5 biliões de dólares sob gestão, o PSI terá uma capitalização de mercado entre 60 e 70 mil milhões de euros. É muito pequeno. No entanto, muitas empresas do PSI estão presentes em muitos índices mundiais – e por obrigação, pelos ETF que temos, compramos sempre essas empresas. E depois há a parte de comprar por convicção, que é para os fundos de gestão ativa, onde há muitas empresas que, apesar de serem domiciliadas em Portugal, têm um âmbito geográfico global. Temos empresas que são líderes globais naquilo que fazem e claramente isso é um incentivo para nós.

E em relação à dívida?

Também. Tendo em conta que também temos ETF de obrigações, compramos dívida por essa via, mas também compramos dívida para alimentar os nossos fundos de dívida – europeia, tipicamente, ou mundial. Pode-se comprar dívida portuguesa, pública ou privada, e também o fazemos de uma maneira bastante recorrente.

Das reuniões que tem com clientes, quais são as principais preocupações?

Várias coisas. Desde há três anos, a principal preocupação é com um tema em que eu não entro muito, porque não me está diretamente ligado, mas são os conflitos geopolíticos. Desde a Segunda Guerra Mundial não havia um conflito tão grande dentro da Europa. E realmente foi um, passado uns anos foi outro, e tem sido sucessivo. Apesar de tanto a Rússia como a Ucrânia ou Israel, por aí fora, terem um peso pequeno na alocação de ativos de um cliente português médio e na alocação de ativos mundiais, é um tema que preocupa: o efeito contágio que possa trazer para as economias europeias. A Alemanha é um exemplo disso: potenciais cortes de energia da Rússia vão impactar a Alemanha de uma maneira forte e isso tem impacto nos ativos alemães e, por conseguinte, ativos, se calhar, aqui mais perto de nós, que dependem muito da economia alemã. Obviamente o tema dos bancos centrais – como é que a taxa de juro vai mexer – tem um impacto muito grande na alocação de ativos e é um tema que está muito presente.

E que não estava há muito tempo.

Exatamente. Inflação como consequência, ou seja, inflação, taxa de juro, riscos geopolíticos. Eu diria que são estes três temas que estão mais na cabeça. Depois surgem temas mais satélite, de investimentos mais particulares, todo o tema da transição energética, por exemplo, que é um tema, não diria que satélite, porque é importante e esteve na boca... Continua a estar, mas esteve mais há uns anos. Hoje em dia está menos, mas é um tema sobre o qual muitos investidores nos perguntavam.

O verão foi conturbado. Está otimista para o resto do ano?

Tem sido um bom ano, principalmente nos índices norte-americanos e tecnológicos. Tem sido outro ano bom em termos de rentabilidade. No entanto, tem sido um ano volátil. Se olhamos os primeiros três meses é uma coisa, depois olhamos os outros três meses e é outra – e agora é outra. E os próximos três vão ser outra. Olhamos com muita atenção para os dados do desemprego nos Estados Unidos. Achamos que a economia está a desacelerar, é evidente, mas não achamos que haja um período imediato de recessão e de um "hard landing". Achamos que é uma normalização perfeitamente dentro dos parâmetros do que seria sair de uma pandemia e voltar a esta filosofia de taxas de juro.

Estamos a aproximar-nos das eleições norte-americanas também...

Em relação às eleições, temos uma posição muito apolítica. A BlackRock tenta navegar da melhor maneira para beneficiar os seus investidores. É complicado prever em que é que pode dar. Está muito igualado. Logo veremos, vamos adaptar as carteiras à medida que vamos vendo, sendo que não vamos arbitrar sobre um potencial resultado e arriscar a carteira dos nossos clientes em função de um resultado eleitoral. ■

"Temos empresas que são líderes globais naquilo que fazem e claramente isso é um incentivo para nós."

"[Compramos dívida pública ou privada portuguesa] de uma maneira bastante recorrente."

ECONOMIA

UNIÃO EUROPEIA

Nova Comissão deixa fundos para plano Draghi em aberto

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, lançou ontem os nomes para um novo executivo europeu cuja missão passará por pôr em marcha as recomendações do recente relatório de Mario Draghi para reverter o declínio industrial europeu. Muitas são espelhadas nos novos objetivos de Bruxelas, mas a pedra-de-toque para a nova estratégia, o financiamento necessário, fica ainda longe de estar resolvido.

No mesmo dia, o ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE) insistiu na necessidade de haver nova dívida comum junto do Parlamento Europeu, ao qual caberá vetar os nomes agora propostos e debater as missões atribuídas, que ainda não dão grandes pistas sobre como os 27 poderão financiar parte das exigências adicionais de investimento calculadas por Draghi: até 800 mil milhões de euros ao ano, ou mais 4,7% do PIB do bloco.

O francês Stéphane Séjourné terá no novo executivo de Bruxelas uma das pastas mais determinantes, a da política industrial. A carta de missão do designado vice-presidente para a Prosperidade e Estratégia Industrial exige-lhe criar um novo Fundo para a Competitividade Europeia, para investimento em inovação e nas tecnologias que serão estratégicas para a UE. Mas nada é referido quanto ao valor ou origem dos recursos que será possível mobilizar.

O tema está muito longe de ser visto como minimamente consensual. Da Alemanha, sobretudo, vem a maior oposição, com a reação germânica ao relatório Draghi a ser imediata, pela voz do ministro das Finanças liberal, Christian Lindner, contra mais obrigações europeias. O primeiro-ministro sueco, Ulf Kristersson, reiterou também já a oposição do país a novas emissões conjuntas de dívida.

A ideia de novos instrumentos de financiamento comum apoia-

PAÍSES DO SUL CONCENTRAM PASTAS ECONÓMICAS E MULHERES OCUPAM 40% DO EXECUTIVO COMUNITÁRIO

TERESA RIBERA RODRÍGUEZ
VICE-PRESIDENTE para uma Transição Limpa, Justa e Concorrencial
PAÍS Espanha

MAROS SEFCOVIC
COMISSÁRIO Comércio e Segurança Económica; Transparência
PAÍS Eslováquia

VALDIS DOMBROVSKIS
COMISSÁRIO Economia e Produtividade; Implementação e Simplificação
PAÍS Letónia

MARTA KOS
COMISSÁRIA Alargamento
PAÍS Eslovénia

ANDRIUS KUBILIUS
COMISSÁRIO Defesa e Espaço
PAÍS Lituânia

MARIA LUÍS ALBUQUERQUE
COMISSÁRIA Sistema Financeiro e União de Poupança e Investimento
PAÍS Portugal

OLIVÉR VÁRHELYI
COMISSÁRIO Saúde e Bem-estar animal
PAÍS Hungria

WOPKE HOEKSTRA
COMISSÁRIO Clima, Emissões Zero e Crescimento Limpo
PAÍS Países Baixos

STÉPHANE SÉJOURNÉ
VICE-PRESIDENTE Prosperidade e Estratégia Industrial
PAÍS França

URSULA VON DER LEYEN
PRESIDENTE da Comissão Europeia
PAÍS Alemanha

JOZEF SÍKELA
COMISSÁRIO Parcerias Internacionais
PAÍS Chéquia

MAGNUS BRUNNER
COMISSÁRIO Assuntos Internacionais e migrações
PAÍS Áustria

COSTAS KADIS
COMISSÁRIO Pescas e Oceanos
PAÍS Chipre

JESSIKA ROSWALL
COMISSÁRIA Ambiente e Economia Circular
PAÍS Suécia

MICHAEL MCGRATH
COMISSÁRIO Democracia e Justiça
PAÍS Irlanda

ROXANA MÎNZATU
VICE-PRESIDENTE Pessoas, Competências e Prontidão
PAÍS Roménia

EKATERINA ZAHARIEVA
COMISSÁRIA Startups, Investigação e Inovação
PAÍS Bulgária

CHRISTOPHE HANSEN
COMISSÁRIO Agricultura e Alimentos
PAÍS Luxemburgo

Cartas de missão aos novos comissários designados incluem várias recomendações do recente relatório do ex-presidente do BCE. Mas deixam por concretizar opções sobre financiamento. Espera-se um novo Fundo para a Competitividade e mais recursos próprios da União.

MARIA CAETANO mariacaetano@negocios.pt **SUSANA PAULA** susanapaula@negocios.pt;

Fonte: Comissão Europeia

dos em dívida – à semelhança do que foi feito com os planos de recuperação – não é nova. Era defendida, nomeadamente, pelo anterior Governo português, liderado por António Costa. Ao agora presidente do Conselho Europeu caberá mediar um quadro de profunda dissensão sobre este tema.

Com a missão de garantir o reforço necessário para o proposto novo Fundo para a Competitividade Europeia estará Piotr Serafin. O polaco terá de fazer avançar um novo Quadro Financeiro Plurianual que consiga também "novos recursos próprios e explorar todas as fontes de financiamento para garantir fundos suficientes" para as prioridades do bloco.

A carta de missão de Valdis Dombrovskis, com a Economia e Produtividade, deixa o letão encarregue não só de gerir a coordenação das políticas orçamentais dos 27, como também de assegurar a coordenação das diferentes políticas nacionais para a competitividade – novamente, com Von der Leyen a referir fontes de financiamento públicas e privadas para a tarefa. Espera-se que reforce ainda o papel do Fundo Europeu de Investimento.

A presidente da Comissão terá também Teresa Ribera Rodriguéz como um dos braços-direitos para a promoção de uma UE mais competitiva. A ex-ministra do Ambiente de Espanha recebe a pasta da Concorrência, substituindo a poderosa Margrethe Vestager, e terá como missão coordenar, com o comissário para a indústria, um "Pacto Industrial Limpo", que preveja um novo enquadramento de auxílios de Estado para a promoção das energias renováveis e da descarbonização da indústria europeia.

Além disso, terá de rever as fusões entre empresas, sobretudo em setores considerados estratégicos, "dadas as alterações no contexto de segurança na Europa". O plano Draghi defende que os reguladores europeus devem facilitar as fusões, falando especificamente do setor das telecomunicações.

A nova vice-presidente da Comissão terá ainda como missão simplificar as ajudas de Estado nos Projetos Importantes de Interesse Comum Europeu (IPCEI, na sigla em inglês), por exemplo, na área das baterias, "examinando as sugestões do plano Draghi".

É no caderno de encargos que define para Maroš Šefčovič, com a tutela da Segurança Económica e Comércio, que Von der Leyen aborda a China. O objetivo é reduzir o risco – com "base no diálogo", para encontrar "relações equilibradas baseadas na reciprocidade". Para resolver problemas de distorção de mercado e práticas comerciais abusivas, o eslovaco pode usar todos "os instrumentos de defesa comercial ao seu dispor". E sugere-se que o comissário avalie, juntamente com os Estados-membros, novos mecanismos de defesa comercial.

Von der Leyen afirma, na missiva a Šefčovič, que o trabalho da comissão deve ser "orientado à segurança". E desafia o comissário a desenvolver uma 'Estratégia de Segurança Económica da UE', que melhore com os Estados-membros a cooperação nas exportações e como direcionar riscos associados com certos investimentos internacionais (sem especificar quais).

Maria Luís terá de responder a Draghi

Por fim, a nova comissária portuguesa, Maria Luís Albuquerque, que recebeu a pasta dos Serviços Financeiros e da Poupança e Investimento, terá entretanto como missão "desbloquear o financiamento necessário" para os "objetivos" da Comissão Europeia. Para isso, terá de criar uma "união de poupança e investimento que inclua os bancos e o mercado de capitais", tema em que Draghi insiste também no seu relatório.

Na audição no Parlamento Europeu, Draghi reiterou que serão necessários "progressos no mercado de capitais para que as poupanças possam ser canalizadas para o investimento" na UE. ■

TOME NOTA

O caderno de encargos de Maria Luís

A ex-ministra portuguesa terá a pasta dos serviços financeiros, poupança e investimento. Um dos grandes desafios será criar a união do mercado de capitais.

DESBLOQUEAR FUNDOS PRIVADOS

Maria Luís Albuquerque terá como missão "desbloquear o financiamento necessário" para os "objetivos da Comissão" na transição digital e verde.

CRIAR UNIÃO DE CAPITAIS E BANCÁRIA

A comissária portuguesa terá de desenvolver "uma união de poupanças e investimento, que inclua os bancos e o mercado de capitais". O objetivo é alavancar a "enorme riqueza das poupanças privadas".

PRODUTOS BARATOS E FUNDOS DE PENSÕES

Nesse sentido, deverá também desenhar "produtos de investimento simples e de baixo custo a nível da UE". E "trabalhar no potencial das pensões privadas e os regimes específicos de setores profissionais para ajudar os cidadãos com as suas reformas e a direcionar as poupanças para a economia".

CRIAR A GARANTIA DE DEPÓSITOS EUROPEIA

Na lista de tarefas está ainda um mecanismo de garantia de depósitos europeu, a proteção dos consumidores no mercado de capitais e bancário e a melhoria da digitalização dos serviços financeiros.

SANÇÕES E MECANISMOS ANTICRIME

A comissária portuguesa terá ainda em mãos o reforço dos mecanismos antilavagem de dinheiro e contra o financiamento do terrorismo e a aplicação das sanções económicas e financeiras, trabalhando sob a alçada do vice-presidente da área.

Pedro Nunes/Reuters

Portugal contabilizou 221 novos projetos de investimento estrangeiro em 2023. Menos 27 que no ano anterior.

CONJUNTURA

Portugal cai na atração de investimento

Portugal caiu de 7.º para 6.º principal destino europeu de investimento direto estrangeiro, tendo sido ultrapassado pela Polónia, revela o "ranking" elaborado anualmente pela EY. França liderou, logo seguida pelo Reino Unido.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

Portugal ficou no ano passado em pior posição na capacidade de atração de investimento direto estrangeiro, com uma redução de 11% nos projetos captados e com a queda de um lugar no "ranking" Attractiveness Survey, da consultora EY, sendo ultrapassado pela Polónia.

O estudo, apresentado nesta terça-feira em Lisboa, indica que após dois anos consecutivos de subida no número de projetos de investimento, registou-se uma diminuição, de 248 para 221, no ano passado. Com esta diminuição, Portugal caiu de 7.º para 6.º principal destino europeu de investimento direto estrangeiro, num "ranking" que foi liderado por França, seguido de Reino Unido, Alemanha, Turquia, Espanha e Polónia no último ano. Atrás de Portugal, ficaram Bélgica, Itália e, finalmente, Países Baixos.

Portugal ficou longe de ser o único país europeu penalizado na atração de novo capital estrangeiro, num ano marcado por uma forte subida das taxas de juro e maior incerteza, com os países europeus a perderem transversalmente capacidade de atração.

Entre os dez maiores destinos de investimento da Europa, apenas Reino Unido (subida de 2%), Turquia (17%) e Países Baixos (7%) obtiveram ganhos face ao ano anterior em termos de número de projetos captados.

No caso da Polónia – com 229 projetos de investimento direto estrangeiro, e também com uma queda de 3% face ao ano anterior – os dados da EY destacam um grande número de novos projetos com origem nos Estados Unidos, permitindo uma melhor posição relativa face a Portugal.

No que diz respeito à caracterização dos projetos de investimento, predominaram à semelhança de anos anteriores, os chamados centros de serviços, com 36% dos projetos na área de software e tecnologias de informação e 21% nos serviços de apoio a empresas. Os transportes e a logística representam, nos dados, também uma fatia de 7%, com a restante fatia (36%) a não ser discriminada por áreas.

Já no que diz respeito à origem do investimento, mais de metade dos investidores têm origem ainda noutros países da UE, com 114 projetos. Os Estados Unidos tiveram, por outro lado, a liderança no que toca a países terceiros – com 39 projetos e aumentando os investimentos face aos números de 2021, do último estudo – sendo seguidos por Reino Unido (20) e Brasil (15).

Apesar da diminuição no número investimentos em 2023, o estudo da EY assinala que cerca de metade dos projetos respeitaram à expansão de atividades, sinal de que boa parte dos investidores aposta no país no longo prazo. Por outro lado, os dados do inquérito EY indicam que os planos para o ano em curso já deverão entregar melhores resultados a Portugal. São 84% os inquiridos da EY que declaram querer investir pela primeira vez ou reforçar o investimento feito em Portugal em 2024 (a média de intenções semelhantes para os países europeus está nos 72%). ■

PREVISÕES ECONÓMICAS

Banco de Espanha mais otimista vê país vizinho a crescer 2,8% este ano

O banco central espanhol aponta para um desempenho económico mais favorável do que aquele que é antecipado quer pelo Governo de Pedro Sánchez quer pelo FMI ou Bruxelas.

O Banco de Espanha reviu em forte alta as previsões de crescimento económico do país vizinho quer para este ano quer para o próximo. As projeções divulgadas esta terça-feira apontam agora para que o produto interno bruto (PIB) aumente 2,8% este ano, em vez dos 2,3% anteriormente estimados. Já para 2025, as previsões são de uma expansão de 2,2%, mais três décimas do que o antecipado.

Em simultâneo, o banco central de "nuestros hermanos", agora presidido por José Luis Escrivá, reviu em baixa ligeira a taxa de inflação para este ano, apontando agora para 2,9% – menos uma décima do que anteriormente previa –, mas antecipa um valor de 2,1% em 2025, mais uma décima do que nas anteriores previsões.

O Banco de Espanha sustenta a revisão em alta das previsões para o PIB com a "notável robustez da economia espanhola", apoiada no aumento da população – através da imigração –, com a resiliência da indústria espanhola face às de outros países europeus e, sobretudo, com o elevado contributo da procura externa.

O diretor-geral de Economia e Estatística do Banco de Espanha, Ángel Gavilán, explicou, em conferência de imprensa, que o principal impulsionador da revisão em alta é o efeito de arrastamento que resulta dos novos dados das contas nacionais trimestrais publicadas no final de julho pelo Instituto Nacional de Estatística espanhol.

Esses dados indicavam que o crescimento em cadeia no segundo trimestre foi de 0,8%, acima do esperado e idêntico ao registado nos primeiros três meses do ano. Além disso, os mais recentes indicadores de conjuntura sugerem que o crescimento económico no terceiro trimestre se cifre em 0,6%.

O Banco de Espanha mostra-se, assim, mais otimista do que o Governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que apontam para um crescimento de 2,4%, ou que a Comissão Europeia, que prevê uma expansão do PIB na ordem dos 2,1%.

A revisão em alta do crescimento previsto para o próximo ano e para 2026 deve-se, em grande medida, a um cenário futuro de taxas de juro de referência mais baixas do que aquele que servia de pressuposto para as anteriores previsões, em junho. Outro fator que justifica o maior otimismo é a previsão de um contributo mais elevado da procura externa e um ligeiro abrandamento nas importações. ■

PEDRO CURVELO

0,5

REVISÃO
As novas projeções do Banco de Espanha elevam em 0,5 pontos percentuais a previsão de crescimento do PIB do país vizinho.

2,9%

INFLAÇÃO
As novas previsões não alteram muito a estimativa para a taxa de inflação neste ano, reduzindo apenas uma décima, para 2,9%.

PRÉMIO EUROPEU DE SUSTENTABILIDADE PARA PME

3ª EDIÇÃO

CANDIDATURAS ABERTAS

O **SME EnterPRIZE | Prémio Europeu de Sustentabilidade para PME** é uma iniciativa da Generali Tranquilidade que vai distinguir e dar voz às **PME mais sustentáveis** de Portugal.

Tenha o reconhecimento pelas boas práticas de sustentabilidade da sua PME.

CANDIDATE A SUA EMPRESA!

Saiba mais em
tranquilidadepme.com

KNOWLEDGE PARTNER

ENERGIA

Crise na Northvolt lança novas dúvidas sobre refinaria de lítio

A gigante sueca de baterias elétricas viu o Governo de Estocolmo recusar um resgate financeiro à empresa, que anunciou despedimentos e o possível adiamento de novas fábricas. Em Portugal, a Galp garante que o projeto da refinaria de lítio em Setúbal continua a andar, mas ainda sem decisão final de investimento.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Vítor Mota

O cofundador da Northvolt, Paolo Cerruti, e o ex-CEO da Galp, Andy Brown, assinaram a parceria em 2021.

A cada dia que passa, adensa-se a crise na Northvolt, gigante sueca das baterias elétricas e parceira da Galp na futura refinaria de lítio que está a ser projetada para nascer em 2028 em Setúbal. A última "machadada" foi dada pelo próprio Governo de Estocolmo, que descartou qualquer possibilidade de resgate para ajudar a equilibrar as contas da empresa, avançaram meios internacionais como o Financial Times e a Reuters.

O primeiro-ministro Ulf Kristersson deixou claro que "não há qualquer possibilidade de o Estado sueco entrar no capital da Northvolt", que "a bola está do lado dos acionistas" e que o país "não se envolve nos planos de negócios das empresas".

No ar ficam as dúvidas sobre se os ecos desta decisão do Executivo sueco serão sentidos em Portugal, com consequências no projeto de construção da refinaria de lítio que a Northvolt está a desenvolver com a Galp no âmbito da "joint venture" Aurora Lithium (70% da Galp e 30% da Northvolt). Questionada sobre os possíveis impactos da crise que a parceira sueca enfrenta no projeto conjunto para processar até 32 mil toneladas por ano de hidróxido de lítio em Setúbal (o suficiente para equipar 700 mil veículos com baterias elétrica), a Galp escusou-se a comentar. "Nesta altura a Galp apenas pode referir que a Aurora continua a desenvolver ações para garantir o acesso a fundos que nos permitam competir com outros projetos, bem como os estudos indispensáveis para que estejam reunidas as condições para a tomada de decisão final de investimento e os processos de licenciamento (incluindo o ambiental)", disse ao Negócios fonte oficial da Galp, sublinhando que "é determinante termos confiança sobre a data de início de produção de concentrado de espodumena das minas em Portugal". O projeto mais avançado é o da Mina do Barroso, em Boticas, que pertence à britânica Savannah Resources, que planeia começar a extrair lítio em 2026.

Também contactada, a empresa sueca não respondeu às questões. A Northvolt já tinha anunciado uma "revisão estratégica" das operações, que inclui o despedimento de alguns dos 7.000 trabalhadores, o encerramento de parte da gigafábrica de Skellefteå e o possível adiamento de outras três fábricas na Suécia, Alemanha e Canadá. No entanto, há outros negócios que podem estar em risco, escreve a Reuters, citando Andy Leyland, cofundador da empresa especialista em cadeias de abastecimento do lítio SC Insights. "Há um projeto potencial de construção de uma refinaria de lítio em Portugal que poderá ser descartado ou adiado", afirmou.

1.300
INVESTIMENTO
De acordo com o estudo de impacto ambiental do projeto, o investimento andará entre 1.100 e 1.300 milhões de euros.

Com a decisão final de investimento (até 1.300 milhões de euros) prevista para 2024, o projeto Aurora acaba de entrar em fase de licenciamento ambiental, com o período de consulta pública a decorrer até 24 de outubro, avançou o Expresso. A Galp tinha já confirmado ao Negócios o atraso do projeto de 2026 para 2028 (que levou à desistência de fundos do PRR), mas garantiu que a empresa continua comprometida com o projeto. Admitiu, porém, a "complexidade" do mesmo e lembrou que o acesso a fundos nacionais e europeus (indispensáveis para avançar no terreno) ainda não está garantido. Para o Banco Europeu de Investimento, a refinaria está na lista de "projetos a financiar", depois de Galp e Northvolt terem pedido 850 milhões de euros ao banco. O pedido está "para aprovação" desde fevereiro. ■

EMPRESAS

COMBUSTÍVEIS

Espanhola Petroprix aterra em Portugal com preços "low cost"

Com a oferta de três litros no primeiro abastecimento a quem tiver a aplicação da Petroprix, abre esta quarta-feira, em Águeda, o posto número 1 no país daquela que se apresenta como a maior rede de gasolineiras de baixo custo em Espanha e quer ter 50 em Portugal nos próximos dois anos.

RUI NEVES
ruineves@negocios.pt

D.R.

O primeiro posto de abastecimento da Petroprix em Portugal abre esta quarta-feira, 18 de setembro, em Águeda.

Após ter fechado 2022 com vendas de 700 milhões de euros, duplicando a cifra atingida no ano anterior, a rede de postos de combustível Petroprix, fundada por Manuel Santiago na localidade Martos, em Jaén, Espanha, em 2013, apontou como objetivo estratégico expandir-se para Portugal, Chile e Panamá, arrancando a sua internacionalização pelo país vizinho.

A chegada a Portugal estava inicialmente prevista para o final do ano passado, mas só agora é que vai festejar a aterragem no nosso país. "A burocracia, uma vez mais... Não é nada estranho, pois em Espanha as licenças demoram muito, sendo que o mesmo está a acontecer connosco em Portugal", explica Jaime Vega de Seoane, diretor de desenvolvimento de negócios da Petroprix, em declarações ao Negócios.

É em Águeda que abre esta quarta-feira, 18 de setembro, o primeiro posto da Petroprix em Portugal. "Está instalada num parque comercial onde estão localizados o McDonald's e o TEDi, e pode abastecer seis veículos em simultâneo", descreveu Jaime Vega de Seoane. Com este bónus: "Quem tiver a aplicação terá três litros grátis no primeiro abastecimento e 10% de desconto no abastecimento seguinte".

Apresentando-se como a maior rede de postos de combustível de baixo custo em Espanha, onde opera 160, sob a garantia de preços entre 10 e 15 cêntimos abaixo dos praticados no país, a Petroprix promete tentar replicar este trunfo em Portugal: "É cedo para nos comprometermos sobre qual será o diferencial, mas estamos empenhados em ser os mais baratos", afiançou o mesmo gestor.

Para já, em Águeda, os preços vão começar com a gasolina a 1,599 cêntimos por litro e o gasóleo a 1,459. "Conseguimos preços mais baixos do que a nossa concorrência graças à flexibilidade que nos permite ter tecnologia própria, sem depender de terceiros, e uma estrutura de custos menor", justifica Seoane.

"Essa redução de custos também decorre de outros aspetos, como os nossos postos terem uma área de ocupação menor, a ausência de lojas, assim como a localização na periferia das cidades, onde os terrenos são mais baratos, e a monitorização da estação estar centralizada no nosso centro de controlo, em Jaén", elencou.

Completamente automatizada, a rede Petroprix dispõe de um autosserviço 24 horas e de uma aplicação própria para abastecer e conhecer o preço do combustível de acordo com a sua sua localização. Com o investimento por posto estimado "em 500 mil euros, dependendo muito da localização e do tipo de estação", a Petroprix conta fechar este ano com "quatro postos abertos na zona Norte" de Portugal. O próximo a abrir será na Covilhã.

"Temos um número significativo de projetos em andamento e várias licenças concedidas, nas quais estamos com obras em execução", mas "é arriscado especificar quantos postos" quer a Petroprix ter em Portugal, nos próximos tempos. Após insistência do Negócios, Jaime Vega de Seoane fixou: "O plano será abrir 50 postos entre 2025 e 2026." ■

50

POSTOS EM PORTUGAL
A Petroprix prevê fechar este ano com quatro postos de combustível em Portugal, onde planeia abrir cerca de 50 entre 2025 e 2026.

Taxa de carbono reduz vendas de combustíveis em 30% na fronteira

A vice-presidente da ANAREC garante que os revendedores estão a ser "penalizados com a quebra nas vendas e nas receitas", mas admite que as suas margens de lucro "não mexem com esta alteração na taxa de carbono".

A Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis já fez as contas aos prejuízos nas últimas três semanas – desde que começou a ser "descongelada" a atualização do valor da taxa de carbono para 2024. Ao Negócios, a Anarec revela que, em média, cerca de 30% do volume de combustíveis habitualmente abastecidos nas bombas mais próximas da fronteira "está a fugir para Espanha", o que implica também perdas fiscais para os cofres do Estado. Isto como consequência direta das três últimas atualizações no valor da taxa de adicionamento de emissões de CO2 (mais conhecida como taxa de carbono) desde o fim de agosto.

"Os postos de combustíveis nas zonas fronteiriças estão praticamente parados, com quebras muito acentuadas nas vendas, o que não acontece tanto no resto do país", disse em declarações ao Negócios Mafalda Trigo, vice-presidente da Anarec, alertando que "a fuga de litros para Espanha é já muito significativa", sobretudo ao nível dos camiões de mercadorias que fazem rotas internacionais a partir de Portugal, mas também das famílias que vivem perto da fronteira e vão abastecer o depósito ao lado espanhol".

A responsável frisa ainda que "a diferença dos preços entre os dois países está cada vez maior", pelo que "estamos a perder receita fiscal também porque muitos dos litros que podiam estar a ser abastecidos em Portugal estão a ser comprados em Espanha".

Admitindo perda de receitas até ao momento, por via da redução nos litros vendidos deste lado da fronteira, a responsável refere que "as margens de lucro dos revendedores não mexem com as alterações ao nível dos impostos" que incidem sobre a gasolina e gasóleo em Portugal. "Quando os combustíveis baixam, as margens brutas tendem a ser superiores. Não há vantagens que o preço suba", garante.

Desde esta segunda-feira, o valor da taxa de carbono situa-se nos 81 euros por tonelada de CO2, ou seja, mais 12,63 cêntimos face aos 68,37 euros no final de agosto, antes das três consecutivas que acabaram por "anular" as descidas de preços estimadas para a gasolina e o gasóleo por via das quebras nas cotações internacionais das matérias-primas.

De acordo com fonte do setor petrolífero, para a semana estavam previstas descidas tanto na gasolina como no gasóleo, mas em virtude da atualização da taxa de carbono o valor do gasóleo simples ficou inalterado e a gasolina subiu meio cêntimo por litro. O impacto da atualização da taxa no preço de venda ao público foi de dois cêntimos no gasóleo e 1,8 cêntimos na gasolina (já com o IVA incluído).

Face a este cenário, a Anarec lançou um apelo ao Governo para que reveja a sua posição quanto ao descongelamento da atualização da taxa de carbono.

7,5

AUMENTOS NA BOMBA
Desde que o Governo começou a aumentar a taxa de carbono, o preço do gasóleo subiu 7,5 cêntimos e o da gasolina 6,9 cêntimos.

"Neste momento, a cotação do petróleo está em baixa, o que se reflete numa redução do preço dos combustíveis em bomba. No entanto, isso está a ser completamente absorvido pelo aumento dos impostos, na mesma proporção. Reconhecemos que o atual Governo está a cumprir o prometido, de apenas aumentar a taxa de carbono quando os preços dos combustíveis descem, mas pedimos uma subida mais contida", disse. Em menos de um mês, foram já três as atualizações da taxa de carbono: para 68,37 euros por cada tonelada de CO2 a 26 de agosto; para 74,43 euros/tonelada de CO2 a 9 de setembro; e para 81 euros/tonelada de CO2 a partir de 16 de setembro.

Os revendedores de combustíveis frisam que estas sucessivas atualizações do valor da taxa de carbono "têm um forte impacto nos preços pagos pelo consumidor final", sendo que já resultam, em média, num impacto acumulado de 7,5 cêntimos no preço do gasóleo e de 6,9 cêntimos no preço da gasolina.

Esta segunda-feira, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) publicou o preço eficiente dos combustíveis: 1,681 euros euros por litro na gasolina 95 simples (dos quais 94 cêntimos, ou 56,4%, dizem respeito a impostos, incluindo o ISP onde é refletida a taxa de carbono); e 1,538 euros por litro no gasóleo (79 cêntimos de impostos, 51,2% do total).

Quanto aos preços de venda ao público na semana passada, "verificou-se que os valores estiveram 2,2 cêntimos por litro acima (+1,3%) do preço eficiente na gasolina e 5,4 cêntimos por litros acima (+3,4%) no caso do gasóleo". ■

BÁRBARA SILVA

CONCORRÊNCIA

Banca conhece sentença esta sexta-feira

O processo conhecido como "cartel da banca" envolve 11 instituições, acusadas de terem trocado entre si informações sobre crédito.

O julgamento do "cartel da banca" tem esta semana a fase final, com as alegações dos bancos sobre o acórdão do tribunal europeu marcadas para esta quarta-feira e a leitura da sentença agendada para sexta, às 14h.

Nos últimos anos, decorreu no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS), em Santarém, o julgamento de recurso de 11 bancos que foram multados, em 2019, pela Autoridade da Concorrência (AdC) pela prática concertada de troca de informação sensível no crédito.

Segundo o regulador, entre 2002 e 2013, mais de 10 bancos partilharam informação entre si, nomeadamente tabelas das taxas 'spreads' (margem de lucro comercial) a aplicar aos créditos a clientes (habitação, consumo e a empresas) e os volumes de produção, tendo-os multado no total em 225 milhões de euros.

No processo, que teve origem num pedido de clemência apresentado em 2013 pelo Barclays, a AdC condenou, entre outros, a CGD a 82 milhões de euros, o BCP a 60 milhões, o Santander Totta a 35,6 milhões, o BPI a 30 milhões e o Montepio a 13 milhões (reduzido em metade por ter aderido ao pedido de clemência).

O Abanca, também visado no processo, viu a infração prescrever ainda na fase administrativa e o Barclays, que apresentou o pedido de clemência, viu suspensa a coima de oito milhões de euros.

Durante o julgamento dos recursos, iniciado em outubro de 2021, os bancos pediram a absolvição defendendo, genericamente, que não houve combinação de preços e que a partilha de informação não lesou a concorrência. Nas alegações finais, o BCP foi especialmente crítico, considerando que houve a intenção da AdC de "promover um julgamento público e mediático dos visados".

Os montantes diferenciados das multas também foi questionado pelos bancos, caso de BCP e BPI, que acusaram de falta de fundamentação.

Em abril de 2022, a juíza Mariana Gomes Machado deu factos como provados: que os bancos trocaram entre si informação sobre preços/taxas (atuais e futuras) que não eram do domínio público ou que eram de difícil acesso e sistematização, que partilhavam valores mensais de produção e que esta troca de informação, ocorrida num mercado relativamente concentrado, "facilitou o alinhamento" e permitiu o "estabelecimento de uma coordenação informal entre as instituições bancárias".

Contudo, ao mesmo tempo, decidiu suspender a instância e remeter ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) para que este se pronunciasse sobre se os factos constituem restrição de concorrência por objeto, por não ter ficado provado se a troca de informação teve ou não efeito sobre os consumidores.

Em final de julho, o TJUE admitiu que essa troca de informações "pode constituir uma restrição à concorrência por objeto" e que "basta que essa troca constitua uma forma de coordenação que, pela sua própria natureza, seja necessariamente (...) prejudicial ao correto e normal funcionamento da concorrência". ■

NEGÓCIOS COM LUSA

COMÉRCIO

Empresas querem adiar regras para proteger florestas e alertam para ruturas

APED, CAP, FIPA, Centromarca, IACA e APEL juntam-se em manifesto para adiar regulamento antidesflorestação da UE, alertando para o risco de disrupções na cadeia de abastecimento e para potencial aumento de preços junto do consumidor.

Bruno Kelly/Reuters

O regulamento antidesflorestação da UE entra em vigor a 30 de dezembro.

DIANA DO MAR
dianamar@negocios.pt

Não estão contra a "bondade" dos princípios por detrás da nova legislação da União Europeia (UE) que impede a colocação no mercado de produtos feitos com matérias-primas provenientes de regiões que tenham sofrido desflorestação após dezembro de 2020, mas deixam claro não ser exequível para as empresas cumprirem com as obrigações definidas até ao final do ano, não só pela complexidade e burocracia processual, mas também pela insuficiente informação e os atrasos de Bruxelas.

Por essa razão, a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares (FIPA), a Centromarca, a Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais (IACA) e a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) assinam um manifesto em defesa do alargamento do prazo de aplicação das novas regras comunitárias. O apelo surge em linha com o de outras organizações não só da Europa, mas também de países como os Estados Unidos.

Da avalanche de informação ao novelo burocrático

Ao Negócios, o diretor-geral da APED, Gonçalo Lobo Xavier, explica que as seis associações empresariais se uniram pela "necessidade de chamar a atenção para o facto de os 'timings' impostos não permitirem às empresas estarem em condições de responder às obrigações exigidas" pelo regulamento, e para "os riscos associados".

Uma das principais obrigações consiste na emissão de declarações de diligência, que devem ser introduzidas num sistema de informação próprio. Com efeito, a criação e a manutenção, a cargo da Comissão Europeia, encontra-se "manifestamente atrasada". Trata-se de "muita informação, pelo que as empresas estão muito preocupadas", faltando inclusive "orientações que lhes permitam esclarecer dúvidas", diz o diretor-geral da APED. Neste sentido, pedem um adiamento de "pelo menos seis meses após os sistemas informáticos e os critérios de classificação de risco dos países estarem totalmente operacionais". Se bem que, mesmo depois disso, "vai ser preciso continuarmos a trabalhar em conjunto", reforça.

Risco de disrupções e (por arrasto) de subida de preços

Caso o pedido não seja atendido, os autores do manifesto temem consequências, incluindo junto dos consumidores: "Corremos o risco de muitos fornecedores desviarem a sua oferta [para outros destinos que não a UE]devido às dificuldades burocráticas e às exigências impostas", o que, atendendo a que a UE não é autossuficiente, "pode levar a disrupções em toda a cadeia de valor e a escassez com consequências para os consumidores", ou seja, um aumento dos preços, enfatiza. A lista dos bens visados pelas novas regras inclui, entre outros, carne de bovino, café, cacau, soja, borracha, madeira e produtos impressos.

O manifesto, que é descrito como "um grito de alerta", dirige-se à Comissão e ao Governo, que "está sensibilizado para o tema", e para o público em geral para que "compreenda que há riscos que não dependem dos intervenientes da cadeia de valor". ■

> **Corremos o risco de muitos fornecedores desviarem a sua oferta [para outros destinos que não a UE] [...], o que pode levar a disrupções em toda a cadeia de valor com consequências para os consumidores".**
>
> **GONÇALO LOBO XAVIER**
> Diretor-geral da APED

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Idade:** 59 anos ● **Cargo:** Smurfit WestRock Portugal, diretor-geral (desde 2001); responsável operacional da região Atlântica do grupo que inclui a Galiza (desde 2022); entra na Smurfit em 1998
● **Formação:** 12.º ano de escolaridade

Raúl André

O Governo "devia dificultar, fiscalizar mais e ser mais proativo" nas baixas por doença

HELENA GARRIDO Texto **BRUNO COLAÇO** Fotografia

A possibilidade de se justificar faltas até três dias com um documento emitido pelo SNS gera "uma desorganização diária imensa" nas empresas, diz o diretor-geral da Smurfit Westrock Portugal, que atua no setor do papel e embalagens.

Começou a sua vida profissional com 19 anos, quando se estreou com um negócio de venda de embalagens de cartão no Porto. A empresa expandiu-se, transformou-se numa indústria e foi comprada pela Smurfit onde hoje é diretor-geral. Acumula esse cargo em Portugal com a responsabilidade operacional da região atlântica, que inclui as fábricas da Galiza da Smurfit Westrock, um grupo global de produção de papel e embalagens, presente em 40 países, com 600 fábricas, cerca de cem mil pessoas e uma faturação de 32 mil milhões de dólares. Raúl André é o convidado das "Conversas com CEO" integradas no Negócios Sustentabilidade 20|30. Numa entrevista de mais de meia hora, que pode ser ouvida na íntegra em podcast, compara o trabalho cá e em Espanha – os espanhóis são mais reivindicativos. A construção de um centro logístico e a participação numa comunidade de energia solar, que poderá permitir dar aos colaboradores eletricidade mais barata ou gratuita, são dois dos projetos para Portugal.

Fez o seu negócio muito novo e vendeu-o. O que o levou a entrar no setor das embalagens?

Entrei no mercado da embalagem quando estudava e tinha amigos com negócios na área. Vi também o exemplo do meu pai que era empresário e sempre tive o bichinho de ganhar o meu dinheiro. Aos 19 anos iniciei um negócio de venda de embalagens de cartão. Aos 21 comprei o primeiro pavilhão, depois um segundo, um terceiro e vários. E passou de uma pequena empresa comercial para uma indústria, onde transformava prancha de cartão, que comprava à Smurfit de Espanha. Em 95 tive uma proposta de compra da Smurfit e aceitei. E em 1998 a Smurfit comprou outra operação maior em Portugal, em São Paio de Oleiros, e convidou-me para diretor de produção. E assumi a direção-geral em 2001 deste megagrupo de embalagem.

Desde 2022 tem responsabilidades nas fábricas da Galiza. É fácil trabalhar com Espanha?

Muito fácil. Apesar de sermos um grupo global, há culturas e for-

mas de atuar diferentes, maneiras de pensar diferentes. Têm outro tipo de abordagem ao mercado e no trabalho. São criativos como nós, mas são mais reivindicativos.

Nós somos mais conformistas?
Mais conformistas, mais acomodados. O espanhol tende a reclamar. Mas diariamente é muito pacífico, simples e fácil.

O que diferencia a Smurfit dos outros concorrentes e qual é a vantagem competitiva de Portugal?
Em Portugal produzimos embalagem através da prancha de cartão e fazemos a recuperação de papel velho. O negócio da Sorpel é mais de publicidade nos hipermercados, em feiras. E a vantagem da Smurfit são as pessoas. As máquinas são todas iguais, as políticas seguidas pelas multinacionais são idênticas, o preço das matérias-primas anda dentro da mesma esfera. A diferenciação está nas pessoas.

Como comparam os salários em Portugal e Espanha?
Em algumas áreas são mais baixos [em Portugal]. Mas na maior parte das áreas não é bem assim, porque temos planos de incentivos, não pagamos salário mínimo e temos prémios de produtividade.

As fábricas portuguesas são menos produtivas para que os salários sejam mais baixos?
Não. Não temos nada de menos produtivos. Há muito boas empresas que o demonstram.

Então porque é que os salários são mais baixos? Como é que compreende isso?
Não é entendível. São as políticas dos governos e que muitas vezes não são corretas. Na Smurfit criamos condições para valorizar o trabalho, temos máquinas produtivas, programas constantes de formação contínua. Uma das falhas que existe é que há muita gente que vai ao médico e pede baixa. Nas nossas duas zonas, Vila do Conde e São Paio de Oleiros, existe muita falta de mão de obra, desde sempre. São concelhos com muita indústria. Mas também as políticas dos vários governos afetam o trabalho diário e a falta de mão de obra.

Quais as políticas que prejudicam a existência de pessoas disponíveis para trabalhar?
Há uma nova política nas baixas [por doença] em que cada pessoa pode solicitar a baixa. Para as empresas isso implica uma desorganização diária imensa.

Mas as pessoas podem estar doentes.
Podem. Mas isso acarreta também muita gente que não está.

Há casos em que as pessoas não estão doentes?
Sim, há bastantes.

O Governo devia dificultar um pouco mais essas baixas?
Devia dificultar, fiscalizar mais e ser mais proativo. Por exemplo, temos duas pessoas numa máquina, se falta uma arranjamos uma solução, mas se nos faltam 10, já é complicado. E temos de entregar a mercadoria, temos de produzir. Ou, por exemplo, o delegado sindical que tem direito, por mês, ou à sexta ou à segunda, um dia de descanso, para fazer trabalho sindical, mas acontece que 4 ou 5 vezes por mês não está presente. E as empresas têm de se adaptar a isso.

Mas o principal problema é a facilidade com que hoje se pode ter uma baixa?
É um dos principais problemas. Haverá outros, como a política de salários baixos. Muitas das empresas pagam salários baixos porque não têm condições. E as pessoas têm tendência, quando o tempo está bom, a começar a ir à praia.

A vossa taxa de absentismo é muito elevada, é isso?
A nossa taxa de absentismo anda nos 6%, mais ou menos. Comparando com o mercado, está na média. Mas deveria estar mais baixa. Nos 2% a 3% era o ideal.

Papel e cartão, em princípio, é mais amigo do ambiente. Mas tem impacto na desflorestação. Como o minimizam?
Temos vários objetivos ambientais para 2050, que na maioria dos casos em 2023 já foram atingidos. Plantamos cinco árvores pelo abate de cada uma. E fazemos a reutilização das embalagens, tentamos minimizar os desperdícios e coordenar com os clientes a melhor embalagem.

Qual a matéria-prima virgem que ainda precisam?
Precisamos de 20% a 30%, seguramente. Ainda é elevada. O nosso objetivo é ter uma taxa cada vez menor de abate de árvores. Mas precisaremos sempre de papel novo. O abate de árvores é inevitável. Por exemplo, para o setor alimentar temos de ter papéis que não sejam nocivos no contacto com o produto. E isso, em alguns papéis reciclados, não é possível.

Mas já entram no mercado dos plásticos, expulsando-os?
Sim. Sempre existiu uma guerra entre as petrolíferas, que normalmente controlam os plásticos, e os papeleiros. Mas, nos últimos 20 a 30 anos tem-se assistido a um crescimento brutal na área do papel. Substituímos o plástico em muitas áreas. Na agricultura, por exemplo, as caixas eram todas em madeira ou plástico e foi tudo substituído por caixas de cartão, tal como os sacos dos hipermercados.

E é possível ir mais longe, na substituição do plástico no retalho alimentar?
É. A fábrica em São Paio de Oleiros está há muitos anos certificada para área alimentar, inclusive para contacto direto com alimentos. O nosso portefólio principal é o setor alimentar, onde temos grandes clientes. Já temos bandejas em cartão que substituem as de esferovite ou plástico [na carne ou no peixe]. Quando se diz contacto direto nos alimentos significa que utilizamos papel que tem total segurança alimentar. Somos certificados pela AIB International, uma entidade americana muito exigente.

Que efeitos terá o regulamento europeu de desflorestação?
O regulamento vai sair até finais de 2024, para entrar em vigor em 2025. Vamos estar dentro dos parâmetros exigentes da normativa que vai melhorar o ambiente.

"[Os espanhóis] são criativos como nós, mas reivindicativos.

"Precisaremos sempre de papel novo. O abate de árvores é inevitável."

"As máquinas são todas iguais, a diferenciação é a parte humana, é o que dita tudo. Se estivermos satisfeitos, é meio caminho andado para o sucesso."

Impede a aquisição de pasta ou de matéria-prima...
...De bosques que não sejam certificados. Mas isso, no nosso grupo, já não existe: 99% de todo o nosso papel vem de bosques florestais em que a cadeia de custódia está totalmente certificada. Já cumprimos com todas as regras.

E como têm gerido o problema da água?
Fazemos análises hídricas para que o nosso consumo de água não afete as populações vizinhas. É um ponto de honra. Em São Paio de Oleiros, toda a água que utilizamos vai para a nossa ETAR e é reutilizada para a limpeza das máquinas, por exemplo. E estamos a trabalhar para verificar se essa água pode ser consumida, o que pode acontecer, diria, nos próximos dois a três anos. Tudo depende do pacote de investimentos para a nossa empresa.

Já têm painéis solares em todas as instalações?
Não temos em todas as instalações. Temos feito investimentos brutais. O grupo investiu cerca de mil milhões em todo o mundo, nos últimos dois anos, para racionalizar a energia nas fábricas, desde painéis fotovoltaicos a eólica e hídricas. Em Portugal, temos um projeto para instalação de painéis fotovoltaicos que deve avançar no próximo ano. Entretanto, temos aplicado políticas de racionalização dos equipamentos a nível geral.

Com tantos incentivos, porque não aproveitaram os vossos telhados para produzir energia?
A política no grupo Smurfit é diferente em termos dos investimentos. O grupo faz muito centralmente e com capitais próprios. A maioria das 20 fábricas que temos na Ibéria já tem painéis solares. Tem sido um passo de cada vez.

Em Portugal podem constituir um bairro solar...
Sim. Estamos a trabalhar com a indústria corticeira, no nosso concelho, para sermos um dos parceiros de uma comunidade de energia. Uma das medidas que queremos adotar é dar aos nossos trabalhadores acesso à energia mais barata ou até sem custo, para as suas habitações, dado que a maioria vive na parte circundante da fábrica. Temos à volta de 200 trabalhadores.

Qual é seu o maior desafio?
É conseguir que nós, apesar de não termos em Portugal a liderança, sejamos interpretados no mercado como líderes porque somos os que mais satisfaz o cliente. E garantir os nossos postos de trabalho, a nossa sustentabilidade.

E para o ano o que é que gostava de ver em Portugal?
Gostava de ver em Portugal a concretização dos projetos que temos na calha. Nomeadamente o centro logístico para dar o melhor serviço aos nossos clientes. Já temos o terreno e vamos fazer a construção, junto à nossa fábrica, com a introdução de novas máquinas. Trabalho com uma equipa excelente há muitos anos e conheço-os a todos muito bem, almoçamos todos os dias e há ali uma grande empatia. Temos um ginásio, temos uma horta cooperativa. Também tenho uma parte da horta, dez metros quadrados que tenho de fazer a gestão, cada um faz a sua. As máquinas são todas iguais, a diferenciação é a parte humana, é o que dita tudo. Se estivermos satisfeitos, é meio caminho andado para o sucesso. ■

OUÇA O PODCAST EM WWW.NEGOCIOS.PT

Utilize o seu leitor de códigos QR para aceder a este episódio do podcast Conversas com CEO.

Comer o que se planta na varanda

Depois das hortas comunitárias chegou a vez das hortas em casa. Há cada vez mais pessoas a comerem o que produzem, uma forma de saberem o que ingerem, de serem mais sustentáveis e de, simultaneamente, promoverem a saúde mental.

ALEXANDRA COSTA

A consciência pelo saudável é uma tendência que veio para ficar. Isso nota-se no aumento da procura por produtos biológicos. Assim como pelos terrenos cultivados que, desde há alguns anos, invadiram algumas cidades portuguesas. Mas, por um lado, os terrenos são limitados e, por outro, nem todas as pessoas têm possibilidade de os trabalhar. Começaram então a surgir as hortas em casa: pequenos vasos com ervas aromáticas ou pequenos frutos/legumes, colocados na cozinha, na varanda... no espaço disponível.

"Quanto mais as pessoas se relacionarem com o ciclo das plantas, com as suas necessidades e desafios, principalmente com a produção de alimentos, mais cidadãos conscientes teremos na sociedade disponíveis para entender a complexidade do setor agrícola e dos sistemas alimentares", afirma Filipa Silva, da Associação Ambientalista Zero. A ambientalista afirma mesmo que ter uma horta em casa, além de trazer benefícios para a saúde física e mental das pessoas, contribui para a valorização dos alimentos e leva a que as pessoas queiram consumir produtos saudáveis, da época. Permite ainda que saibam mais sobre a origem dos alimentos e métodos de produção.

Margarida Silva, investigadora do Centro de Biotecnologia e Química Fina da Universidade Católica Portuguesa e docente da Escola Superior de Biotecnologia Católica do Porto, acrescenta que jardinar cria valor em todos os formatos e circunstâncias de vida. E lembra que o nível de sustentabilidade depende das opções na hora da implementação. "O ideal passa por empregar recipientes reutilizados, adubar com composto feito a partir dos próprios restos da cozinha e usar sementes tradicionais (as que podem ser trocadas livremente, sem híbridos nem proteção de propriedade intelectual)", aponta.

Opinião partilhada por Luís Almeida Capão, presidente da Cascais Ambiente, que refere que as hortas em casa são uma medida sustentável se tiverem formas racionais de utilização de água, recorrerem a práticas biológicas de cultivo dos alimentos e se promoverem a biodiversidade e a reciclagem dos resíduos orgânicos. O autarca afirma que a Cascais Ambiente incentiva os "munícipes a usarem quintais, terraços e varandas para a produção de vegetais sempre que possível, mas com esta ideia de poupança de recursos naturais e de promoção das espécies alimentares adaptadas ao clima local, sempre como base".

As vantagens – para além da alimentação – passam por "contribuir para o bem-estar do planeta", refere Filipa Silva, que acrescenta que "quantas mais pessoas se alimentarem de hortas em casa ou próximas, menos alimentos são adquiridos em supermercados que representam muitas penalizações para o planeta: mais transportes, mais emissões, mais embalagens, mais desperdício alimentar e mais custos para todos". A isto Luís Almeida Capão acrescenta que as hortas biológicas em casa são uma fonte de alimentação saudável e saborosa. O responsável pela Cascais Ambiente lembra que comer alimentos cultivados pelas próprias pessoas é potencialmente mais saudável porque, à partida, se come cada fruto no ponto máximo do seu valor nutricional. E que essa mesma atitude torna, provavelmente, as pessoas mais felizes. "Todos os nossos hortelãos relatam a alegria que sentem ao ver crescer uma colheita que cuidam", reflete Luís Capão.

Além de tudo isto há ainda que contar com a componente da saúde. Como aponta Margarida Silva, num mundo onde quase todos nos sentimos impotentes perante o mal e a desgraça, a opção de jardinar é uma verdadeira opção de soberania e recaptura do direito a decidir sobre um capítulo fundamental da existência humana. A docente da Universidade Católica reconhece que uma horta urbana não permite cobrir todas as necessidades alimentares de uma família, ou mesmo de uma pessoa. No entanto, acrescenta, "está amplamente demonstrado que beneficia a saúde física e mental, a qualidade nutricional das refeições e ainda abre a porta à criação de laços comunitários de companheirismo e solidariedade".

> **Cascais incentiva os munícipes a usarem quintais, terraços e varandas para a produção de vegetais.**
>
> LUÍS ALMEIDA CAPÃO
> Cascais Ambiente

Vantagens para a cidade

"Com a criação de hortas urbanas às vantagens individuais acrescem as mais-valias coletivas: captação de gases com efeito de estufa, amortecimento do ruído, redução do volume de resíduos sólidos urbanos, promoção da biodiversidade e suavização dos picos de temperatura. As hortas também criam oportunidades pedagógicas junto dos mais jovens (e dos jovens há mais tempo)", esclarece Margarida Silva.

Na mesma linha Filipa Silva lembra que quanto mais plantas e solo disponível houver em meio urbano, maior a captação de carbono da atmosfera, reduzindo-se a acumulação de gases de efeito estufa que contribuem para o efeito de aquecimento. "A relação solo-plantas ajuda ainda a reduzir a temperatura através do efeito de evapotranspiração, em que água é libertada para a atmosfera arrefecendo o ar. Em hortas onde existem árvores além de hortícolas maior será este efeito", explica a ambientalista.

Luís Almeida Capão aponta para outro pormenor: "se compa-

As hortas também criam oportunidades

Sérgio Lemos

pedagógicas junto dos mais jovens.

rarmos uma varanda com plantas decorativas e uma varanda com hortelã, tomateiros e morangueiros plantados, vamos ter provavelmente, uma prevalência maior de pequenos insetos na horta". Segundo o responsável, "a presença destes espaços verdes em meio urbano vai também contribuir para o aumento da humidade, da frescura e para a diminuição das ilhas de calor nas cidades". "Além disso, hortas nos quintais servem como locais para a infiltração eficaz da água e contribuem de uma forma geral para a melhoria das condições climáticas locais."

Na prática, e na opinião do responsável da Cascais Ambiente, as hortas em casa funcionam como complemento das hortas comunitárias. Sendo que, como reflete Margarida Silva "as hortas são desejáveis em todos os formatos". A professora da Católica considera que quem vive numa casa com varandas ou quintal pode usufruir de uma horta à saída da porta. Quem mora num espaço sem esse potencial fica dependente da criação de hortas coletivas e por vezes de uma longa fila de espera. "No limite todos conseguem ter hortelã à janela. Basta um vaso para começar", constata.

Por onde começar e o que plantar

Quando questionados por quais culturas que mais se adaptam às hortas em casa as opiniões divergem. Luís Almeida Capão considera que as alfaces pela facilidade de cultivo e rapidez de crescimento. A estas acrescenta os tomates, as cenouras e os morangos porque "têm um sabor absolutamente distinto daquilo que estamos habituados se comprarmos os alimentos apenas no supermercado".

Já Margarida Silva, embora refira que a adequação depende muito da exposição solar, refere que o preferível é cultivar verdes que se comem crus: coentros, alface, canónigos, agrião de jardim, rúcula, cebolinho... são ervas que só "se colhem na hora de preparar a refeição e quando chegam ao nosso prato parece que ainda estão vivos (e estão, de facto). Vitalidade garantida!". Ah... e apostar em rabanetes. Porque "crescem num ápice, são deliciosos e aproveita-se tanto o nabinho como as folhas".

A ambientalista Filipa Silva, por seu lado, refere que num apartamento as plantas mais simples de cultivar são as que necessitam de vasos mais pequenos e menos sensíveis como as aromáticas (alecrim, tomilho, coentros, salsa, manjericão) rúcula, alfaces, rabanetes, espinafres e acelgas. Havendo mais espaço a sugestão da ambientalista vai para o cultivo do tomate, pimento, beringela ou mesmo pepino. Independentemente da escolha "as melhores culturas a nível de sustentabilidade são aquelas que, quem cuida da horta mais consome".

Quanto à questão de por onde começar a resposta de Filipa Silva é imediata: o local mais adequado deve ter em conta, por um lado a exposição solar (deve ser superior a 4h de luz direta por dia – quanto mais melhor), assim como assegurar a proteção do vento e frio. Depois é comprar as plântulas ou sementes e começar o processo de germinação. Para isso há que ter o vaso adequado à semente em causa e ter o cuidado de preparar o solo. Depois da plantação há que acompanhar as plantas e adicionar nutrientes ao substrato ao longo dos vários ciclos de plantas. Para quem gosta de ler manuais ou necessita de mais informações Luís Almeida Capão lembra que a Cascais Ambiente tem no seu site (Ambientecascais.pt) vídeos de formação para hortas construir hortas em casa, assim como o Manual das Hortas Comunitárias, "onde passo a passo e de forma simples tem todas as indicações de como fazer a sua horta". ■

> **Beneficia a saúde física e mental, a qualidade nutricional das refeições e cria laços comunitários.**
>
> **MARGARIDA SILVA**
> Docente da Católica

POLÍTICA MONETÁRIA

Primeiro corte de juros desde 2020 nos EUA será jumbo?

Investidores e analistas esperam que a autoridade monetária liderada por Jerome

Após um ciclo de aperto monetário, investidores e analistas acreditam que é tempo de cortar os juros em 25 pontos-base. Mas há quem tenha esperança para uma redução de 50 pontos.

FÁBIO CARVALHO DA SILVA
fabiosilva@negocios.pt

Corte. O mercado aposta todas as fichas nesta palavra, acreditando que chegou a hora em que a Reserva Federal (Fed) norte-americana vai reduzir, pela primeira vez desde 2020 – e após um ciclo de política monetária restritiva que começou em março de 2022 – a taxa dos fundos federais. As casas de investimento e o consenso do mercado apontam para um corte de 25 pontos-base, mas há quem não descarte, de todo, que após a reunião de dois dias que termina esta quarta-feira, seja deliberado um encurtamento superior: de 50 pontos-base, ainda que não pareça ser o mais viável.

"A nossa interpretação das declarações dos responsáveis da Fed, antes do período de silêncio é de que é mais provável que o FOMC [Comité Federal de Mercado Aberto] decida um corte de 25 pontos-base em vez de 50 pontos-base", referem os analistas do Goldman Sachs, liderados por Jan Hatzius, numa nota de "research" a que o Negócios teve acesso. Ainda que o banco de investimento acredite que "um corte de 50 pontos-base seria uma precaução sensata contra um maior abrandamento do mercado de trabalho", a realidade é que, na ótica do Goldman Sachs, a mensagem do banco central – que tem sido transmitida nas últimas semanas – tem sido "suficientemente 'dovish'", de forma a que o mercado incorpore no preço das obrigações cortes entre 25 e 50 pontos-base nas próximas reuniões, não havendo a necessidade para já de um corte jumbo.

A nossa interpretação das declarações dos responsáveis da Fed, antes do período de silêncio, é de que é mais provável que o FOMC [Comité Federal de Mercado Aberto] decida um corte de 25 pontos-base em vez de 50 pontos-base.

NOTA DE "RESEARCH"
Goldman Sachs

Também Paolo Zanghieri, economista sénior da Generali Asset Management (AM) mantém "a visão de um corte moderado de 25 pontos-base", ainda que saliente que "as expectativas de um mercado sobre um grande corte de 50 pontos-base tenham aumentado", e de que existem "riscos" que "estão inclinados para um movimento mais ousado" de uma redução jumbo.

"A Fed poderia optar, numa ótica de gestão de risco, por aliviar rapidamente a política monetária para evitar o aumento do desemprego", reconhece Paolo Zanghieri, que acrescenta que uma solução para prevenir este risco poderia passar pela Fed cortar os juros em 50 pontos-base em novembro e dezembro, de forma ao banco central conseguir "evitar [um cenário de] turbulência desnecessária". No entanto, e mesmo não estando fora de questão, este não parece ser o cenário mais provável.

As expectativas do mercado sobre um grande corte aumentaram. A Fed poderia optar, numa ótica de gestão de risco, por aliviar rapidamente a política monetária para evitar o aumento do desemprego.

PAOLO ZANGHIERI
Economista sénior da Generali Asset Management

Senadores democratas pedem corte de 75 pontos

Há mesmo quem peça à Fed que dê um passo ainda maior e que decida cortar a taxa dos fundos federais em 75 pontos-base. Foi o caso de Elizabeth Warren, Sheldon Whitehouse e John Hickenlooper. Numa carta enviada ao presidente da Fed, Jerome Powell, os três senadores democratas pediram uma redução mais agressiva "para mitigar os potenciais riscos no mercado de trabalho". Esse montante é visto pelo mercado como mais provável para o total do ano.

Olhando a médio prazo, a Generali AM acredita que o banco central optará por uma "série de cinco cortes de 25 pontos-base em cada uma das cinco reuniões entre esta quarta-feira e março do próximo ano". Por sua vez, o Goldman Sachs espera três redu-

Leah Millis/Reuters

Powell decida cortar os juros em 25 pontos-base.

Goldman antecipa mais confiança da Fed sobre inflação e PIB

Os analistas preveem que as novas projeções da Fed sejam mais otimistas sobre a inflação e crescimento económico. Mas também que haja mais desemprego.

A inflação a desacelerar, a economia a crescer, mas com uma taxa de desemprego mais elevada. É o que o Goldman Sachs espera que seja antecipado pela Reserva Federal (Fed) norte-americana, à medida que a economia norte-americana entra num novo capítulo, de mãos dadas com uma mudança na política monetária, numa altura em que o mercado aponta para que a Fed decida o primeiro corte de juros.

"As projeções económicas irão apontar, provavelmente, para um crescimento do PIB em 2024 superior ao estimado em junho, uma trajetória da taxa de desemprego mais elevada e uma trajetória da inflação mais baixa", antecipam os analistas do Goldman Sachs, liderados por Jan Hatzius, numa nota de "research" a que o Negócios teve acesso.

As últimas projeções da Fed, publicadas em meados de junho, apontavam para que o PIB dos EUA crescesse 2,1% este ano e 2% no próximo e em 2026, em linha com as estimativas divulgadas em março. Já a inflação, na ótica das despesas do consumo – medida pelo indicador PCE – deveria, segundo a última estimativa oficial, terminar este ano nos 2,6%, em 2025 nos 2,3% e daqui a dois anos nos 2%.

Em julho, o índice de preços com despesas no consumo pessoal (também conhecido como indicador preferido da Fed) subiu 0,2% numa análise em cadeia e 2,6% em termos anuais, mantendo-se inalterado face a junho. Já a economia norte-americana acelerou no segundo trimestre para 2,8%, a um ritmo anualizado, contra 1,4% nos três meses anteriores.

A par de atualizar as projeções para a economia, a Fed vai também publicar um novo "dot plot" – o mapa que mostra como cada representante estima os futuros movimentos nos juros diretores. O mais recente indica que as taxas diretoras terminarão o ano nos 5,1%, o que significaria apenas um corte de 25 pontos-base este ano, enquanto para 2025 é esperado que esteja em 4,1%. Em ambos foi revisto em alta no último encontro. Para 2026 manteve-se em 3,1%.

Ainda mais no longo prazo também houve uma atualização de 2,6% para 2,8%. Esta quarta-feira, a Fed terá a oportunidade para atualizar as perspetivas sobre a taxa dos fundos federais. ■ FCS

2,1%

PIB
As últimas projeções da Fed apontam para que o PIB cresça 2,1% este ano. O Goldman Sachs espera uma revisão em alta.

5,1%

"DOT PLOT"
Em junho, a Fed antecipava que a taxa diretora terminasse 2024 em 5,1%, o que implicaria um corte de 25 pontos-base.

> **As três últimas reuniões do FOMC devem resultar cada uma numa redução da taxa dos fundos federais em 25 pontos-base, reduzindo os juros para um intervalo entre 4,5% e 4,75% no final do ano.**
>
> **ANIS BENSAIDANI**
> Economista para os países da OCDE do BNP Paribas

ções da taxa de juro diretora, em 25 pontos-base este ano, "seguidos de três cortes trimestrais, para um valor ligeiramente acima da taxa de longo prazo". Já se o comité se decidir por "um corte de 50 pontos-base esta semana", o banco de investimento aponta para um uma redução conjunta de 100 pontos-base este ano".

Também o economista para os países da OCDE do BNP Paribas Anis Bensaidani prevê que "as três últimas reuniões do FOMC de 2024 resultem cada uma numa redução da taxa dos fundos federais em 25 pontos-base, reduzindo os juros diretores para um intervalo entre 4,5% e 4,75% no final do ano".

Do lado dos investidores, "os mercados financeiros estão a descontar a 100% um corte de 25 pontos-base em setembro e, após receberem os últimos dados sobre o emprego, passaram a esperar uma flexibilização monetária mais agressiva, antecipando cortes de 100 pontos-base no resto do ano", observa o BPI. "Isto implicaria que, numa das três reuniões restantes em 2024, qualquer redução seria de 50 pontos-base", acrescenta a instituição financeira.

"De facto, as taxas implícitas sugerem um acumulado de cortes de 100 pontos-base para as últimas três reuniões de 2024, com uma probabilidade elevada (60%) de um corte jumbo em setembro", acrescenta o especialista do BNP Paribas. Anis Bensaidani explica que os mercados exigem mais: "Os mercados estão a exigir uma maior flexibilização [monetária]", refere o economista, que ilustra esta situação com o facto de haver um aumento do "spread" entre os juros da dívida entre dois e 10 anos nas últimas semanas. ■

GUIA FINANCEIRO

DECO PROTeste SABER É PODER DECO PROTeste Investe
Colaboração com a DECO. Os conteúdos foram cedidos pela DECO PROTESTE. www.deco.proteste.pt www.deco.proteste.pt/investe

Investir no Japão

A bolsa de Tóquio e o iene foram dos ativos mais afetados pela recente turbulência nos mercados. E, agora, o primeiro-ministro japonês anunciou a sua saída. Apesar destes eventos, o panorama das ações nipónicas não se alterou substancialmente, mas a reação dos investidores foi excessiva.

A pressão sobre o iene não é recente. Quando, a partir de março de 2022, os principais bancos centrais começaram a combater a inflação pós-pandemia, o Banco do Japão não seguiu a mesma abordagem. Após anos de luta contra a deflação, Tóquio recebeu bem o aumento dos preços. Com as taxas de juro acima de 5% nos EUA e superiores a 4% na Zona Euro, os investidores não tinham interesse em aplicar em ienes a render perto de 0%. Um diferencial significativo nas taxas de juro que contribuiu para a acentuada desvalorização do iene: em 2022, perdeu 15% face ao dólar e, em 2023, mais 7%. Este 2024, a depreciação contra o USD chegou a atingir 5% até meados de agosto.

É certo que, em março de 2024, o Banco do Japão decidiu uma primeira subida da taxa diretora de -0,1% para o intervalo 0% a +0,1%, mas de pouco serviu para inverter a tendência, dado que a Reserva Federal continuou a adiar o corte das taxas nos EUA para o segundo semestre 2024.

Escolhas difíceis

Tradicionalmente, a fraqueza do iene favorecia os excedentes comerciais do Japão e evitava, através dos maiores custos das importações, que o país resvalasse para a deflação. No entanto, os últimos anos trouxeram mudanças. Com a guerra na Ucrânia e o aumento dos custos energéticos, o Japão registou défices comerciais. Ao mesmo tempo, as importações já colocam a inflação em níveis menos confortáveis, o que pesa na confiança dos consumidores, pouco habituados a este fenómeno. Em maio e junho, a inflação atingiu 2,8%, algo impensável antes da pandemia. Ao mesmo tempo, se o PIB nipónico registou um crescimento de 0,8% no segundo trimestre, os resultados dos trimestres anteriores foram bastante fracos e incluíram duas contrações. Em suma, Tóquio enfrenta um dilema crescente. Por um lado, o aumento das taxas de juro sustenta o iene e trava a inflação. Por outro, cria dificuldades a uma economia já enfraquecida. Além disso, com a dívida pública em 266% do PIB, juros mais altos aumentam substancialmente os encargos com a dívida.

Intervenções com impacto limitado

Dada a impossibilidade de aumentar significativamente as taxas de juro, o Banco do Japão prefere intervir no mercado cambial. O objetivo era estabilizar o iene até que a descida das taxas de juro nos Estados Unidos reduza o diferencial entre as duas moedas. Em abril e maio, o banco central do Japão gastou o equivalente a 57 mil milhões de euros para apoiar a sua moeda. Mas, apesar das intervenções, o iene caiu para novos mínimos históricos. Só a partir de meados de julho e com a expectativa de uma segunda subida da taxa diretora do Japão (de 0,1% para 0,25% no final de julho) é que a moeda nipónica despertou. Desde então, face ao dólar, o iene recuperou substancialmente e já ganha terreno no acumulado de 2024.

Trunfos da bolsa de Tóquio

O Japão fez uma aposta estratégica nos semicondutores para desenvolver competências locais e atrair investimento estrangeiro. Ao mesmo tempo, o recente aumento significativo dos salários potencia uma melhoria da procura interna. Neste contexto, a debilidade do iene não tem sido um entrave. Primeiro, esse fenómeno beneficia a competitividade dos exportadores nipónicos. Segundo, para os investidores estrangeiros, o iene fraco torna os ativos financeiros japoneses mais atrativos.

Em termos de políticas, o primeiro-ministro Kishida não conseguiu melhorar as contas públicas do Japão e dada a sua impopularidade está mesmo de saída. Contudo, aprovou medidas bem recebidas pelos investidores. As alterações às leis que regem a poupança e as pensões incentivam agora as famílias a investir o capital, em vez de o deixar parado no banco. Acrescem as reformas no corporate governance que levam as empresas cotadas de Tóquio a serem mais generosas na distribuição dos lucros. Com estas premissas, a queda recente da bolsa de Tóquio parece excessiva. A apreciação do iene, nas últimas semanas, não é exagerada e nada indica que o Banco do Japão possa subir muito mais as taxas diretoras. E se o iene, de facto, se apreciar mais, esse fenómeno beneficiará os investidores em euros. ■

AÇÕES DO JAPÃO: FUNDOS E ETF

DESIGNAÇÃO	TIPO	CÓDIGO ISIN	POLÍTICA RENDIMENTO	TER % ANUAL	RENTABILIDADE MÉDIA ANUAL %			AVALIAÇÃO 0 A 100
					1 ANO	3 ANOS	5 ANOS	
WISDOMTREE JAPAN EQUITY ETF JPY ACC	ETF	IE00BYQCZN58	ACUMULAÇÃO	0,4	16,5	9,6	10,5	100
BNPPE MSCI JAPAN ESG FILTERED ETF C	FUNDO	LU1291102447	ACUMULAÇÃO	0,16	13,7	4,4	7,3	94
AMUNDI JPX-NIKKEI 400 ETF EUR C	ETF	LU1681038912	ACUMULAÇÃO	0,18	14,1	4,4	7,4	93
FIDELITY MSCI JAPAN INDEX P EUR ACC	FUNDO	IE00BYX5N771	ACUMULAÇÃO	0,1	13,3	4,0	7,3	93

Rentabilidades à data de 15/08/2024. Mais informação sobre os fundos e ETF no portal financeiro.

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de Economia
camilolourenco@gmail.com

É sempre a mesma coisa. Não, não é!

Os incêndios regressaram em força e com eles a conversa habitual. Uma das "bocas" que mais se ouve é "É sempre a mesma coisa. Não mudou nada!".

Não é, não. De 2017 para cá muita coisa mudou na forma de antecipar os efeitos dos incêndios e até o seu combate. Primeiro porque o país aprendeu a reconhecer com antecipação os fatores críticos de risco. Por exemplo, quando se percebe que as condições atmosféricas são propícias a eventos destes, deslocam-se (por antecipação) para esses locais os meios de combate. E isso tem feito a diferença, como se vê pelos números dos últimos 7 anos. Depois porque a Proteção Civil, à conta do que sucedeu em 2017, é muito mais cuidadosa a intervir. Em terceiro lugar, porque o Governo declarou (acertadamente) o alerta geral com antecedência e pediu ajuda imediata a Bruxelas.

Se é assim, perguntará o leitor, porque tivemos os incêndios dos últimos dias? Porque era quase impossível evitá-los: havendo humidade abaixo de 5% e combustível abundante, e havendo ignições, é como se pegássemos fogo a pólvora... E por mais meios que haja, mesmo aéreos, em alguns casos os incêndios só param... quando acaba o combustível.

Significa isto que está a correr tudo bem? Não. Houve falhas no fecho de vias, mas sobretudo houve falhas das pessoas que decidiram correr riscos, atravessando estradas cercadas por incêndios. Uma autêntica irresponsabilidade, que mostra que o cidadão comum não percebe que a proteção civil começa em nós e não nas autoridades que encarnam o poder do Estado (como as forças de segurança).

Falta fazer muita coisa? Sim. Como reordenar a floresta. Mas isso leva décadas... e exige um consenso político que não existe em Portugal. ■

AINDA HÁ ESPERANÇA

FRANCISCO MOTA FERREIRA
Ex-jornalista de política. Escritor e consultor de comunicação
francisco.mota.ferreira@gmail.com

Promessas leva-as o vento

Foi, confesso, com alguma dose de ceticismo que vi o anúncio do Governo a prometer a construção de 59 mil casas até 2030. E tenho algumas reservas, não apenas no número, mas também na real vontade de que exista, de repente, este ímpeto e pulsão de promoção imobiliária no Executivo.

Por um lado, porque o número (59 mil) é, supostamente, cerca do dobro do que estava previsto. E isto, convenhamos, tem todos os ingredientes para parecer uma lógica de competição em que os Governos (o atual e o anterior) disputam o número de quem faz o quê, em que tempo e de que forma. Uma espécie de regresso à adolescência, em que os miúdos no recreio discutiam entre si para ver quem tinha os brinquedos mais fixes ou quem era o mais popular junto das miúdas.

Talvez esteja a ser demasiado cáustico, mas tenho alguma idade e sabedoria que me permitem cheirar inverdades à distância. E, infelizmente, nestas coisas sou como Cavaco Silva: não tenho dúvidas e raras vezes me engano. Porquê 59? Porque não 60 ou 61? E, já agora, porque é que as 26 mil novas habitações que estavam previstas pelo anterior Governo não eram 27 ou 28?

Há, talvez, uma explicação para tudo isto, que se traduz na sigla PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), com este Governo a entrar numa luta contra o tempo para aproveitar ao máximo o cheque que António Costa levou ao banco, mas que, pelos vistos, não terá tido a capacidade de descontar. E não sei se este governo o terá. Acho, infelizmente, que são demasiadas promessas, muita dose de otimismo, numa receita que se resume bem no ditado "quando a esmola é grande o pobre desconfia".

E a esmola é, de facto, grande: segundo as contas do Governo, para as 59 mil casas, prevê-se um custo de 4,2 mil milhões de euros, dos quais 2,8 mil milhões sairão do Orçamento de Estado. Coisa pouca, é certo, quando comparados com o investimento que é necessário fazer na ferrovia ou no parque escolar ou em novos hospitais. Mas, mesmo assim, em bom português, estamos a falar de uma pipa de massa.

Se tudo isto se confirmar e se os prazos forem cumpridos, este é o maior investimento em habitação pública nos últimos 30 anos, o que não é de somenos. E serei o primeiro a dar os parabéns ao Governo se estas 59 mil casas virem a luz do dia. Até porque estamos a falar em 2030 e, mesmo com todo o otimismo inerente que nos faça acreditar que o atual Executivo dura até 2028, no melhor cenário estamos a falar sempre de um novo Governo. Que, como vimos pela decisão deste, pode ou não manter a mesma intenção.

Mas, volto a dizer, tenho aqui uma enorme dose de ceticismo, até porque, para cumprir este propósito, o Governo viu-se forçado a tirar 10 mil casas do pacote das anteriores 26 mil, que já estavam atrasadas e que iam ver o PRR previsto colocado em causa. Ou seja, retirou estas, colocou outras e aumentou a fasquia. E as 10 mil, que não vão ter apoio do PRR, terão suporte do Executivo para entrar no mercado e suprirem as carências de habitação existentes.

Acho tudo muito confuso e, admito, demasiado ambicioso. Se for cumprido, serão ótimas notícias e espero bem que o Governo (e também oposição) ande em cima disto para que os prazos não resvalem e que tudo seja cumprido a tempo e horas.

É que tudo isto depende de variáveis terceiras que terão que ser acauteladas para que, no final, as 59 mil casas não sejam apenas um conjunto muito caro de mais um lote de promessas que ficaram por cumprir.

E todos nós estamos já cansados de ouvir promessas que ficam pelo caminho sem que, pelo meio, ninguém seja responsabilizado por isso. É, por isso, que gostava muito de ouvir o ministro Miguel Pinto Luz dizer que saberá quais as ilações que tem de tirar se este objetivo não for concluído...

É pedir demais, eu sei. Não sabemos se este Governo dura até 2028, se o PSD ganha as próximas eleições e, no limite, se Pinto Luz é a escolha do futuro primeiro-ministro para a pasta da Habitação do próximo Executivo. É também por isso que nem sequer vale a pena esticar a corda e achar que este ministro teria a capacidade de se responsabilizar politicamente pela mais que provável falha. 59 mil casas em 2030 não é só uma improbabilidade, mas é também uma eternidade. E uma falsa promessa. Que, todos sabemos, será apenas mais uma a não ser cumprida. ■

59 mil casas em 2030 não é só uma improbabilidade, mas é também uma eternidade. E uma falsa promessa. Que, todos sabemos, será apenas mais uma a não ser cumprida.

Coluna semanal à quarta-feira

DEANS' CORNER
Os grandes temas da atualidade nacional e internacional e as tendências da gestão analisadas pelos diretores das principais Escolas de Negócios portuguesas. Escrevem Filipe Santos, João Duque, João Pinto, José Crespo de Carvalho, José Esteves, Maria de Fátima Carioca e Pedro Oliveira.

JOSÉ ESTEVES
Dean da Porto Business School

Para além dos incentivos: rumo a uma economia sustentável em Portugal

Recentemente, participei num debate sobre a falta de incentivos, tanto no contexto empresarial como na motivação dos trabalhadores. Para alguns especialistas, a ausência de incentivos adequados explica a falta de grandes empresas em Portugal e a baixa produtividade dos trabalhadores. Além disso, a economia portuguesa, especialmente nas áreas de inovação e investigação, depende fortemente dos incentivos, como os fundos europeus. Esta dependência crescente faz-me lembrar os estudos de Ivan Pavlov, que treinou os seus cães a salivar ao som de um sino, usando métodos de condicionamento clássico. Pavlov mostrou que, ao treinar alguém ou algo com recompensas ou punições, a resposta acaba por ocorrer de forma automática, sem necessidade de um estímulo direto.

Ao aplicar este conceito ao ambiente de trabalho, é comum acreditar-se que a motivação dos trabalhadores depende essencialmente de incentivos, como bónus ou punições. Muitos gestores seguem esta abordagem, esperando que recompensas monetárias ou sanções melhorem a produtividade. No entanto, esta estratégia tem limitações claras. Os incentivos podem, em certos casos, ser eficazes, contudo, quando mal geridos podem ter consequências negativas.

O incentivo geralmente associa uma recompensa a um comportamento desejado ou de ameaçar com uma penalização, caso o comportamento não ocorra. Contudo, décadas de investigação mostram que, em muitas situações, os incentivos acabam por ter o efeito oposto. A motivação baseada em recompensas externas não aumenta necessariamente o desempenho; as pessoas ficam motivadas apenas para obter a recompensa. Quando esta desaparece, o comportamento também se perde. Além disso, tarefas sem compensação imediata tornam-se menos atraentes.

Outro problema dos incentivos é que podem inibir a criatividade e o pensamento inovador. Quando as pessoas são motivadas apenas por recompensas, tendem a optar pelo caminho mais fácil, minimizando o esforço e evitando riscos. Isto pode levar a uma redução na qualidade do trabalho e à falta de inovação, uma vez o foco está na recompensa, não em explorar novas ideias.

Neel Doshi e Lindsay McGregor, no seu livro "Primed to Perform", argumentam que a estratégia de "cenouras e paus" pode compelir os trabalhadores a cumprir as suas funções, mas não cria uma cultura de alto desempenho a longo prazo. Segundo eles, o que sustenta um desempenho elevado são três fatores: prazer, propósito e potencial. Quando os trabalhadores se sentem satisfeitos com o trabalho que realizam (prazer), compreendem o impacto do seu trabalho (propósito) ou acreditam que o trabalho os ajudará a atingir objetivos pessoais (potencial), o desempenho melhora substancialmente. Estes fatores são chamados de "motivos diretos", porque estão ligados diretamente ao trabalho. A combinação destes três elementos resulta em "motivação total", associada a níveis mais altos de criatividade, ética e resiliência.

> Outro problema dos incentivos é que podem inibir a criatividade e o pensamento inovador.

Com a expansão da União Europeia e a inclusão de novos países, Portugal sabe que, no futuro, começará a receber menos fundos europeus. O atual modelo económico, fortemente baseado em incentivos e fundos europeus, limita a inovação, a produtividade e o crescimento, ao invés de potenciar o verdadeiro talento das empresas e trabalhadores portugueses. O desafio é mudar esta dinâmica e promover uma economia mais autossustentável.

Outro componente essencial para esta transformação é fomentar uma cultura de empreendedorismo e risco. Nas economias prósperas, empresas e indivíduos são impulsionados por motivações intrínsecas — como o propósito e o desejo de causar um impacto positivo. Estes são motivadores mais fortes e sustentáveis do que incentivos financeiros. Uma cultura que valoriza a criatividade, a persistência e a aprendizagem com os erros leva a um sucesso mais duradouro do que uma que apenas recompensa conquistas imediatas.

Além disso, o crescimento económico depende fortemente da inovação, que não pode ser incentivada indefinidamente. Os investimentos em inovação devem gerar valor. Ufuk Akcigit, Professor de Economia na Universidade de Chicago, refere num artigo do Banco Mundial que o aumento dos investimentos em I&D nos EUA nas últimas quatro décadas não resultou em maiores ganhos de inovação e produtividade. Muitas empresas têm usado incentivos para proteger as suas posições de mercado, em vez de procurar inovações genuínas.

Empresas e indivíduos precisam de ter a motivação interna e o ambiente adequado para continuar a inovar sem suporte externo constante. Sistemas que incentivem a colaboração e a troca de conhecimento criam as condições para um crescimento orgânico.

O sistema educativo e as políticas públicas também devem evoluir para acompanhar estas mudanças. É necessário desenvolver programas que promovam a criatividade, o empreendedorismo e o pensamento crítico, e não apenas oferecer incentivos financeiros. O investimento na educação não deve focar-se apenas na atribuição de fundos, mas em criar ambientes que preparam os alunos para resolver problemas complexos e inovar sem depender exclusivamente de recompensas externas.

A longo prazo, uma economia baseada apenas em incentivos está condenada à mediocridade. Portugal tem o potencial de criar um ambiente económico dinâmico e inovador, mas precisa superar a mentalidade de "cenouras e paus" e adotar um modelo em que o prazer, o propósito e o desenvolvimento pessoal sejam os motores do sucesso.

Em conclusão, embora os incentivos possam ser eficazes para objetivos de curto prazo, o crescimento sustentável e uma força de trabalho criativa requerem uma mudança de paradigma. O foco deve ser a criação de um sistema onde a motivação intrínseca —prazer, propósito e potencial— prevaleça sobre recompensas externas e punições. ■

Paulo Duarte

OPINIÃO

ESQUELETOS NO ARMÁRIO

ISABEL STILWELL
Jornalista
falecomisabelstilwell@gmail.com

Os (milhões de) seguidores de Lucília

Na semana passada fomos generosamente presenteados com duas pérolas mediáticas de primeira categoria: a conquista da liberdade por cinco cadastrados de peso e a simpática conversa da Procuradora-Geral da República com os nossos queridos representantes eleitos.

Os ensinamentos que absorvi desta última são também de primeira apanha. Para além de nos ter explicado que uma parte do problema da Justiça reside na tontice de se terem desatado a contratar mulheres – dando razão à minha avó que insistia que o papel das mães era o de cuidar da casa e criar os filhos –, desconstruiu a narrativa perversa de que havia escutas telefónicas em barda e colocadas à balda.

Nada disso. Afinal não passaram de uns míseros 10.500 cidadãos, o que não representam mais do que uns ridículos 1,5% dos processos instaurados no ano passado, ou seja, amendoins. E, ainda por cima, garantiu que eram já muito menos do que nos anos anteriores. E por causa desta ninharia andava para aí meio mundo histérico com medo que lhes apanhassem as combinações do fim de semana com as amantes, ou o pedido para o mecânico não lhes passar faturas do arranjo do carro. Uns exagerados, alarmistas e mal-intencionados.

Os ensinamentos que absorvi desta última são também de primeira apanha.

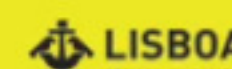
Filipe Amorim/Lusa

A verdade é que depois de pensar um bocadinho (coisa que não costuma dar grande resultado) descortinei que cada um dos escutados fala com outras pessoas que, naturalmente, passam também a ser escutadas. Vai daí agarrei no meu telemóvel e fui ver com quantas pessoas diferentes é que no último mês falei ou troquei mensagens e alarguei a mesma análise à família mais próxima, para concluir que, em média, cada um de nós falou ou contactou com 75 pessoas a cada trinta dias. O que não faço ideia, nem a senhora doutora Lucília Gago nos disse, é qual é o tempo médio em que cada suspeito fica sob escuta, mas atendendo aos poucos casos conhecidos diria que é muito mais do que isso. Sem que aparentemente possam, no entanto, competir com o Dr. Galamba, recordista nacional com quatro anos de convívio intenso com os seus dedicados escutadores.

Mas pronto, penso que todos aceitaremos como razoável um valor médio de 100 pessoas por cada escutado, que passam também a integrar o universo de potenciais atuais ou futuros visados. Ou seja, num ano, temos um milhão de portugueses nesta rede, o que já não é nada mau. Mas tendo em conta que nos anos anteriores eram muito mais, então diria que é ínfima a probabilidade de encontrar um cidadão que não tenha sido envolvido numa escuta determinada pelos subordinados da senhora Procuradora.

Ora, isto suscita-me, de imediato, duas reflexões.

Em primeiro lugar, o facto de os abnegados escutadores serem votados ao anonimato, sem que ninguém tenha a oportunidade de os congratular pela sua dedicação à causa pública. Faço ideia do insuportável sofrimento que é ter de ouvir intermináveis conversas, que versam assuntos tão relevantes como o que preparar para o jantar, as gracinhas dos filhos, ou os desabafos de treinadores de bancada a acusarem o árbitro de ter prejudicado a sua equipa, e sem reclamarem por um subsídio de risco, numa profissão de óbvio desgaste rápido e que seguramente conduzirá muitos deles à depressão, ou pior.

A segunda reflexão prende-se com o enorme potencial económico que está aqui a ser desbaratado, impedindo que se enchamos cofres de forma limpa e segura, revertendo os fundos para contratar um investigador para cada cidadão. Os contactos de telemóvel destes milhões de portugueses valem ouro, mas mais importante do que isso não seria preciso um Mark Zuckerberg para os transformar em seguidores da PGR e da sua líder, no encalço de Taylor Swift. Então sim, podiam fazer frente à tenebrosa "campanha orquestrada contra o Ministério Público", de que tanto se queixam. ■

PROJECT SYNDICATE

ANNE O. KRUEGER
Foi economista-chefe do Banco Mundial e primeira vice-diretora executiva do Fundo Monetário Internacional, é professora e investigadora sénior de Economia Internacional na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins e Senior Fellow no Centro para o Desenvolvimento Internacional da Universidade de Stanford.

As tarifas solares de Biden comprometem a sua própria agenda climática

Numa era de disrupção tecnológica e transformação económica rápidas, a implementação de políticas atingiu o auge da complexidade. O aumento dos rendimentos fez também aumentar a procura por mais e melhores bens. As novas tecnologias contribuíram para suprir esta procura, permitindo o desenvolvimento de uma vasta gama de novos produtos, mas também tornaram a produção cada vez mais complexa. Por entre esta abundância sem precedentes, as políticas governamentais devem ser delineadas criteriosamente com vista a impulsionar a produção nas áreas mais adequadas. As políticas relativas aos painéis solares implementadas pelo Presidente norte-americano, Joe Biden, demonstram aquilo que pode acontecer quando essas ações falham.

A Administração Biden apresentou três principais objetivos: controlar a inflação, combater as alterações climáticas e criar "bons empregos". A sua atual política no âmbito da energia solar – que inclui tarifas elevadas sobre os painéis importados e subsídios para as unidades de produção solar ao abrigo da Lei de Redução da Inflação (IRA - Inflation Reduction Act) – compromete todos esses objetivos.

A energia solar representava apenas 3,4% da eletricidade dos Estados Unidos em 2022. Mas até 2025, a Administração Biden pretende atingir a meta de geração de eletricidade 100% livre de carbono, o que significa que a taxa anual de instalação de painéis solares tem de aumentar para o dobro. O problema é que a Administração Biden pretende que a maioria desses painéis seja produzida nos Estados Unidos, em parte com o intuito de prosseguir o seu objetivo de criar empregos de alta qualidade.

> Quando, em 2022, Biden adiou as suas novas tarifas solares, a razão apresentada foi dar tempo aos fabricantes para intensificar a produção nacional.

Em 2008, o custo médio de produção de painéis solares na China – que na altura era já uma potência em termos de produção solar – era de aproximadamente 3 dólares por watt, o que era inferior ao dos Estados Unidos. Em 2011, os EUA responderam com um programa destinado a reduzir em 75% os custos dos sistemas de energia solar até 2020. Embora o programa tenha sido bem-sucedido no que respeita à redução dos custos de produção, fracassou no que respeita a conseguir que os painéis norte-americanos atingissem preços competitivos relativamente à China. No final de 2024, os painéis solares fabricados nos Estados Unidos ainda custarão mais do triplo dos que são fabricados na China.

Portanto, os Estados Unidos recorreram a mais tarifas. Em 2018, a Administração de Donald Trump impôs tarifas de 30% às importações de painéis solares. Em 2022, a Administração Biden optou por subir ainda mais as tarifas, impondo taxas aduaneiras entre 50% a 250% aos produtos solares provenientes da China e do sudoeste asiático. Mas, no seguimento das objeções generalizadas por parte dos instaladores, a Administração concedeu isenções pelo período de dois anos, adiando a aplicação das tarifas adicionais até meados de 2024.

Nessa altura, o custo dos painéis fotovoltaicos produzidos na China tinha diminuído para 0,11 dólares por watt, solidificando o estatuto da China como o produtor mais barato do mundo e permitindo que este país controlasse 80% da cadeia de abastecimento de painéis solares. Antecipando o aumento iminente das tarifas, os instaladores norte-americanos têm vindo a armazenar grandes quantidades de painéis solares, o que levou a um aumento de 82% das importações em 2023. Dado que o volume acumulado cresceu o suficiente para responder à procura durante o período de um ano e meio, os preços desceram 50%.

Mas, prevendo-se uma subida até 286% dos preços das importações solares devido às tarifas de Biden, os preços nos consumidores dos painéis fotovoltaicos nos Estados Unidos – os quais, a 0,31 dólares por watt, já correspondem a cerca do triplo da média mundial – provavelmente aumentarão, reduzindo eventualmente a procura. Há um estudo que indica que as tarifas introduzidas pelo antecessor de Trump, Barack Obama, reduziram em 17% a procura de painéis solares nos EUA entre 2012 e 2018. Prevendo-se que as instalações solares em habitações nos Estados Unidos caia 20% em 2024, é cada vez mais evidente que as tarifas solares ameaçam a transição da América para as energias verdes.

Além de comprometerem a sua própria agenda climática, as políticas de Biden relativamente à energia solar não conseguiram criar bons empregos. Em 2022, o salário médio anual dos instaladores de painéis solares nos Estados Unidos era de 72.816 dólares, comparativamente aos 50.953 dólares auferidos pelos trabalhadores de unidades de produção de energia solar, transformando a instalação no "melhor" emprego. Nomeadamente, 171.558 norte-americanos trabalharam como instaladores em 2022, contra os 33.400 empregados em unidades de produção. No entanto, há um estudo que remonta a 2019 que alerta para o facto de, por cada posto de trabalho de produção criado pelas tarifas solares, 31 empregos para instaladores poderem perder-se.

À medida que as instalações diminuem, é provável que o número de postos de trabalho para instaladores também decresça. Só em 2019, foram cancelados cerca de 10,5 gigawatts de instalações projetadas devido ao aumento dos preços dos painéis solares. Apesar de a Lei de Redução da Inflação subsidiar o investimento em novas unidades de produção de painéis solares nos Estados Unidos – muitas das quais já receberam crédito fiscal com vista a reduzir os custos de investimento – a perspetiva de tarifas mais elevadas pode levar a mais cancelamentos.

Atendendo a que a China atualmente produz cerca de 80% do silício mundial, juntamente com outros "inputs" essenciais para os painéis solares, não se sabe até que ponto os Estados Unidos conseguem realmente impulsionar a sua capacidade de produção de painéis solares ou reduzir a sua dependência relativamente à China. Além disso, prevê-se que até 2027 a capacidade de produção da China atinja mais do dobro do nível da procura mundial. Enquanto as tarifas de Biden permanecerem em vigor, os preços nacionais manter-se-ão muito mais elevados do que os de outros mercados, reduzindo ainda mais a procura.

Quando, em 2022, Biden adiou as suas novas tarifas solares, a razão apresentada foi dar tempo aos fabricantes para intensificar a produção nacional. Mas apesar de a Administração ter dado grande relevância aos subsídios ao investimento estipulados na Lei de Redução da Inflação, ainda não se sabe se estas medidas podem originar o aumento de produção desejado.

Mais eficaz do que esta estratégia, teria sido se os governos e as empresas privadas tivessem criado reservas de painéis solares enquanto os preços ainda estavam baixos. O prazo concedido de dois anos teria proporcionado uma grande oportunidade para a criação de reservas suficientes, e os subsídios ao investimento poderiam ter sido implementados caso o fornecimento externo fosse interrompido. Esta política teria estado mais alinhada com os objetivos económicos, ambientais e geopolíticos da Administração Biden.

Tradução: Raquel Teixeira da Silva

negocios

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão. • Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%). • Diretora: Diana Ramos Diretor adjunto: Celso Filipe • Sede: Redação, Administração e Publicidade Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 – 1549-023 Lisboa • Redação: tel. 210 494 000 e-mail info@negocios.pt Publicidade: tel. 210 494 076 e-mail publicidade@medialivre.pt • Assinaturas: tel. 210 494 999 (das 9h às 18h) ou através do e-mail assine@medialivre.pt • Delegação Porto Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto tel. 225 322 342 • e-mail negocios-porto@negocios.pt • Internet www.negocios.pt • Propriedade/Editora: Medialivre, S.A. • Sede Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 – 1549-023 Lisboa Capital Social 22 523 420,40€ • Contribuinte 502 801 034 • C.R.C de Lisboa 502 801 034 • Impressão EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro. ISSN: 0874-1360 • Estatuto editorial disponível no site em www.negocios.pt

QUARTA-FEIRA | 18 SET 2024

...medialivre

Nº ERC: 121571 • Depósito Legal: 120966/98
Tiragem média de Agosto de 2024: 4.170 exemplares

SA LUÍS AFONSO

BREVES

ALENTEJO

VITICULTORES COM SUSPEITAS

Uma associação de viticultores do Alentejo reclama do Governo mais fiscalização no setor, por suspeitar que vinho importado de Espanha possa estar a ser ilegalmente classificado com Denominação de Origem Protegida (DOC) e Indicação Geográfica. ■

CONCURSO

2.309 VAGAS PARA PROFESSORES

O novo concurso extraordinário de vinculação de professores tem 2.309 vagas, mais de metade para um único quadro de zona pedagógica que abrange as escolas da Grande Lisboa. Educação Especial, Informática, Matemática e Português é onde há mais falhas. ■

GAZA

ISRAEL BLOQUEIA AJUDA ALIMENTAR

Um relatório elaborado por organizações que têm estado operacionais em Gaza denuncia que Israel está a bloquear 83% da ajuda alimentar e refere que os habitantes passaram de duas refeições por dia para apenas uma a cada dois dias. ■

CRIPTOATIVOS

Mais antiga agência de câmbio entra na onda cripto

João Nuno Pepino

A mais antiga agência de câmbio de Portugal vai oferecer serviços com cripto em meados de 2025.

A Unicâmbio, a mais antiga agência de câmbio a operar no país, estás prestes a adaptar a face para as criptomoedas, com o lançamento de novos serviços, numa altura em que se estreia no segmento digital.

A empresa já conseguiu o registo junto do Banco de Portugal (BdP) para a Unicâmbio Digital Assets e espera começar a oferecer o serviço de troca de cripto por dinheiro e vice-versa a partir "de meados do próximo ano, no segundo semestre", explicou Adriana Jerónimo, administradora da Unicâmbio, num encontro ontem com jornalistas.

Estas operações vão abranger um conjunto de cerca de 15 criptoativos, na plataforma Unimoney, que foi lançada recentemente pela empresa, que conta atualmente com mais de 80 balcões espalhados pela Alemanha, Portugal, Angola e Marrocos. Além de poderem realizar operações na "exchange", os clientes poderão, depois de dar ordem de troca de cripto por dinheiro, recolher a contrapartida num balcão físico.

Para este projeto, a Unicâmbio vai contar "com parcerias com grandes plataformas", mas a administradora não quis adiantar nomes específicos. Para já, a empresa está a trabalhar com a Unilimit, uma "fintech" de serviços financeiros (que também está ligada ao setor cripto) e que auxilia na prestação de serviços da carteira digital Unimoney.

Esta carteira permite trocar moeda, carregar o telemóvel e até "ao final do ano", deverá ser possível pagar serviços e executar pagamentos ao Estado. Além disso, a Unicâmbio que transportar o crédito pessoal – que já oferece fisicamente – para o digital. ■

FÁBIO CARVALHO DA SILVA

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt

MARIA LUÍS ALBUQUERQUE
Ex-ministra das Finanças

Quando o seu nome foi indicado para comissária europeia muitos apontaram críticas à escolha, ignorando o perfil e preparação técnica da ex-ministra das Finanças. A entrega da pasta de comissária dos Serviços Financeiros, Poupança e a União dos Investimentos por Ursula von der Leyen a Maria Luís Albuquerque que atesta a sua qualidade. É um sinal de força, sobretudo após o relatório Draghi. ■

MIGUEL ALBUQUERQUE
Pres. do Governo Regional da Madeira

A Polícia Judiciária e o Departamento de Investigação Criminal da Madeira realizaram esta terça-feira novas buscas na ilha por suspeitas de financiamento ilegal do PSD regional. Segundo o Expresso, houve oito detidos entre autarcas, empresários, funcionários públicos, titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos. É mais uma machadada na credibilidade do líder do governo regional e do PSD Madeira. ■